



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ivan Faria

**PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDE: UM DIÁLOGO ENTRE
A ESCOLA, O TRABALHO E O “MUNDO”
(UMA EXPERIÊNCIA DE ETNOPESQUISA NO VALE DO IGUAPE)**

Dissertação de Mestrado

Salvador

2006

Ivan Faria

PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDE: UM DIÁLOGO ENTRE
A ESCOLA, O TRABALHO E O “MUNDO”
(UMA EXPERIÊNCIA DE ETNOPEQUISA NO VALE DO IGUAPE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Inez S. de Souza Carvalho

Salvador

2006

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação/ UFBA

F224 Faria, Ivan.

Projetos de vida e juventude : um diálogo entre a escola, o trabalho e o “mundo”: (uma experiência de etnopesquisa no Vale do Iguape) / Ivan Faria. – 2006.

177 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inez S. de Souza Carvalho.

1. Educação rural – Santiago do Iguape – Cachoeira (BA). 2. Juventude rural – Aspectos sociais. 3. Juventude rural – Mudança social. 4. Educação para o trabalho.

I. Carvalho, Maria Inez S. de Souza. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 370.193468142

Ivan Faria

PROJETOS DE VIDA E JUVENTUDE: UM DIÁLOGO ENTRE
A ESCOLA, O TRABALHO E O “MUNDO”
(UMA EXPERIÊNCIA DE ETNOPEQUISA NO VALE DO IGUAPE)

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de
Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Bahia

Salvador, 15 de maio de 2006.

Prof. Dr. Roberto Sidnei Alves Macedo
Coordenador do Programa

Banca Examinadora

Prof^a. Maria Inez de S. Carvalho, Dr^a.
Universidade Federal da Bahia
Orientadora

Prof. Álamo Pimentel, Dr.
Universidade Federal da Bahia

Prof. Gey Espinheira, Dr.
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Maria Antonieta Tourinho, Dr^a.
Universidade Federal da Bahia

Aos meus pais, Ana e João.

A minha Vó Hilda.

A Felipe Serpa.

A todos educadores de Santiago do Iguape.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Inez Carvalho, pela acolhida, orientação e por sempre me lembrar que “além de dois existem mais”.

A Nalva Santos pela “maternagem” e generosidade.

Aos meus professores “de lá”: Juvany e Ivanilson.

Aos meus professores “de cá”: Álamo, Celi, Marcus Vinícius, Roberto Sidnei e Wilson.

Ao povo de Santiago, especialmente a Ananias, Edson Soledade, Germano, Ivan, Jailson, Nico, Nonô, Tiaguinho e Toinho.

Aos alunos e professores dos colégios Cosme e Damião, Coração de Jesus e Eraldo Tinoco.

Ao CADCT, à FAPEX e à FAPESB pela manutenção e financiamento do Projeto Paraguaçu

A Menandro Ramos pelo apoio e gentileza de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA.

Ao Programa UFBA em Campo.

À FAPESB pela cessão da bolsa de estudo.

À equipe do Projeto Paraguaçu, particularmente a Bruno e Lana, que “sobreviveram” até os últimos momentos.

Aos companheiros de mestrado Bené, Eduardo, Genaro, Hildonice, João, Lana, Ludmila, Mutti, Nádia, Tânia e Renato.

A Luis Fernando, pela paciência durante a revisão.

Aos colegas da Escola Girassol.

Aos meus parentes (em ordem alfabética para evitar ciúmes) Bia, Fabiano, Fernanda, Ivo, João Ivo, João Vitor, Mara, Nana e Tio Paulo.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, foram interlocutores nesta caminhada Ana Rita, Chico, Daniela, Fabim, Fábio, Henrique, Hugo, Irney, Leo Cunha, Lia, Lúcio, Luis Fernando, Marcela, Marcelão, Paulo e Viviane.

A Rozane Suzart pelo trabalho com as imagens.

A Sandro, Edson e às marisqueiras pelas caronas de canoa.

Ao Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.



“Havia uma [...] mistura de fragmentos importados de modernidade e relíquias da tradição ultrapassada que caracterizavam o lugar; o futuro parecia quase tão remoto como o passado”

Clifford Geertz

“Perder para ganhar. Não se dá para receber, mas talvez para que o outro dê. Existe aí algo de incompreensível para o espírito moderno”

Jacques Godbout

“Uma aldeia tem o exacto tamanho do mundo para quem sempre nela viveu”

José Saramago

RESUMO

O presente trabalho discute a construção de projetos de vida entre jovens das comunidades quilombolas do distrito rural de Santiago do Iguape, município de Cachoeira, Bahia. A dissertação se inicia com uma contextualização do objeto de estudo, dividida em três eixos. No primeiro, são discutidas as implicações do pesquisador a partir da experiência do Projeto Paraguaçu, atividade de extensão que deu origem à pesquisa. No segundo, Santiago do Iguape é tomada como *locus* para pensar o mundo contemporâneo focalizando temas como história, trabalho, comunidade, relação local-global e diluição de fronteiras entre o rural e o urbano. No último, as escolas dos povoados do Caonge e do Engenho da Ponte servem de mote para tratar de questões como currículo, cotidiano, educação do campo e relação escola-trabalho. Depois a pesquisa apresenta os conceitos de projeto e de juventude, para discutir como os jovens quilombolas constroem seus projetos de vida, tensionando as relações entre trabalho, educação e comunidade. A opção metodológica é a etnopesquisa crítica, contemplando uma etapa retrospectiva de investigação das proposições do Projeto Paraguaçu e outra de caráter prospectivo para adentrar os universos do trabalho e da educação. Durante a pesquisa foi identificado que a juventude local vivencia um aumento da tensão entre permanecer ou migrar das comunidades quilombolas, devido a questões ligadas às esferas do trabalho (redução na produtividade da pesca, dificuldades com a produção e o escoamento de produtos agrícolas e ausência de empregos para jovens que concluem o Ensino Médio); da educação (as escolas têm dificuldade de veicular saberes e valores que contribuam para a fixação do jovem no campo, além de não garantirem uma formação adequada para quem deseja partir para a cidade) e da afluência de valores “urbanos” para o campo.

Palavras-chave: juventude rural; projetos de vida; global-local; educação do campo; etnopesquisa

ABSTRACT

The present work discusses the construction of life projects among young people from *quilombola* communities in the rural district Santiago do Iguape, city of Cachoeira, Bahia. The study begins with a contextualization of the object of analysis, which is divided in three axes. In the first one, the implications of the researcher are discussed taking as a reference the Paraguaçu Project experience, na academic extension activity that gave birth to the research. In the second axis, Santiago do Iguape is taken as a locus to think about the contemporary world, focusing on subjects such as history, work, community, the global-local relationship and the dilution of borders between urban and rural. In the last one, schools in the villages of Caonge and Engenho da Ponte serve as motifs to address matters such as curriculum, everyday life, country/rural education and the relationship school-work. Then, the research presents the concepts of project and youth, in order to discuss how the *quilombola* young people build their life projects, tensioning the relationships established among work, education and community. The methodological option is critical ethno-research, contemplating two stages: a retrospective one, which investigates propositions of the Paraguaçu Project, and a prospective one, to penetrate into the universes of the work and education. During the research it was possible identify that the local youth experiences the increase of the tension between staying or migrating from the *quilombola* communities. This tension is due to problems concerning work (reduction in fishing activities productivity, difficulties in producing and distributing agricultural products, and absence of working occupations to the young people who conclude high school), education (the schools have trouble transmitting values and knowledges that contribute to the youngster's setting in the country and can't guarantee an adequate education to the ones who wish to leave to city) and affluence of "urban" values to the country.

Key-words: rural youth; life projects; global-local; rural education; ethno-research

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	p.10
LISTA DE SIGLAS	p.11
1. PRA COMEÇO DE CONVERSA ...	p.12
1.1. A ESTRUTURA DO TRABALHO	p.16
1.2. UM <i>LOCUS</i> PARA PENSAR MINHAS IMPLICAÇÕES — EU E O PROJETO PARAGUAÇU	p.17
1.2.1. DA ESCOLA À EDUCAÇÃO	p.17
1.2.2. O PROJETO PARAGUAÇU	p.22
Antecedentes	p.22
Convivência e entre-lugar: idéias fundantes	p.24
2. DESENVOLVENDO	p.30
2.1 UM <i>LOCUS</i> PARA PENSAR O MUNDO — SANTIAGO DO IGUAPE	p.30
2.1.1. SANTIAGO, HOJE	p.31
2.1.2. UMA HISTÓRIA DE UM LUGAR	p.35
2.1.3. ALGUMAS TENSÕES ENTRE GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	p.43
2.1.4. “PRECARIIDADE” E RESISTÊNCIAS	p.47
2.1.5. O CAMPO EM MOVIMENTO	p.52
2.1.6. PROBLEMATIZANDO AS FRONTEIRAS ENTRE O URBANO E O RURAL	p.56
2.1.7. TRABALHO E COTIDIANO	p.60
2.1.8. DIVIDINDO O TRABALHO E FAZENDO “A” ECONOMIA	p.63
2.1.9. SOBRE O TEMPO	p.67
2.1.10. SOBRE O COTIDIANO	p.72
2.1.11. A VIDA EM COMUM	p.77
2.2. UM <i>LOCUS</i> PARA PENSAR A EDUCAÇÃO — AS ESCOLAS DO CAONGE E DO ENGENHO DA PONTE	p.83
2.2.1. APRESENTANDO AS ESCOLAS E SUAS COMUNIDADES	p.84
No Caonge	p.85

No Engenho da Ponte	p.94
Saindo dos povoados (ou indo para o “ginásio”)	p.102
2.2.2. O LUGAR DA ESCOLA, HOJE	p.111
2.2.3. ADENTRANDO O CAMPO DO CURRÍCULO	p.115
2.2.4. CURRÍCULO E COTIDIANO	p.121
2.2.5. UMA AUSÊNCIA: A EDUCAÇÃO DO CAMPO	p.124
2.2.6. A RELAÇÃO ESCOLA -TRABALHO	p.127
3. A PESQUISA	p.133
3.1. O PROBLEMA DE PESQUISA	p.133
3.2. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE METODOLOGIA	p.134
3.2.1. RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS	p.134
A implicação como fundante do método	p.136
3.3.3. TENTANDO SER MAIS CLARO: QUAL É A METODOLOGIA, AFINAL?	p.137
4. FALANDO EM PROJETOS DE VIDA	p.139
4.1. JUVENTUDE E PROJETOS	p.139
4.1.1. PROJETO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	p.142
4.2. ESCOLA E PROJETO	p.144
4.3. TRABALHO E PROJETO	p.151
4.4. FAMÍLIA, SOCIALIZAÇÃO E PROJETO	p.157
4.5. E AGORA? SAIR OU FICAR?	p.162
5. PALAVRAS FINAIS	p.165
6. REFERÊNCIAS	p.171
6.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.171
6.2. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	p.176

LISTA DE FIGURAS*

Figura 00:	Matriz de São Tiago em dia de presente a Iemanjá	Epígrafe
Figura 01:	O Recôncavo Baiano e Santiago do Iguape	p.24
Figura 02:	Oficina de construção de um barco comunitário	p.29
Figura 03:	A Baía do Iguape com destaque para os povoados quilombolas	p.32
Figura 04:	O Vale do Iguape visto do alto do assentamento do Caimbongo	p.33
Figura 05:	O convento de Santo Antonio do Paraguaçu	p.40
Figura 06:	Marquinhos e seu teclado à bateria, Engenho da Ponte	p.47
Figura 07:	Casa de Seu Lôro, Calembá	p.58
Figura 08:	Pescadores em dia de chuva	p.60
Figura 09:	Pilão para bater dandê	p.65
Figura 10:	Fim de tarde, porto de Santiago	p.77
Figura 11:	Dia de samba em Santiago	p.80
Figura 12:	Escola Cosme e Damião, hoje	p.86
Figura 13:	Professora Juvany em sala	p.93
Figura 14:	Escola Coração de Jesus	p.96
Figura 15:	Professor Ivanilson e sua sala de aula multisseriada	p.97
Figura 16:	Jovens das comunidades quilombolas a caminho do “ginásio”	p.102
Figura 17:	O “ginásio”	p.105
Figura 18:	Jogo de futebol no recreio, Caonge	p.121
Figura 19:	Brincando na casa de farinha, Engenho da Ponte	p.129
Figura 20:	Marisqueiras começando a jornada	p.157
Figura 21:	Algumas direções	p.162

* Todas as fotos são de minha autoria, exceto as figuras 00, 09 e 13 que foram registradas por Nalva Santos.

LISTA DE SIGLAS

ACC – Atividade Curricular em Comunidade

CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CJP – Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DOU – Diário Oficial da União

EFA – Escola Família Agrícola

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão

FUNDIPESCA – Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Tradicionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares para o Serviço Público

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RESEX – Reserva Extrativista

SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

1. PRA COMEÇO DE CONVERSA ...

Em meados de 1999, período em que cursava o último semestre da graduação em psicologia, participei do curioso processo de seleção de um programa da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, denominado “UFBA em Campo II”. Neste processo, após assistir as apresentações das propostas de diferentes professores, os alunos escolhiam três deles e redigiam “cartas de intenções” dirigidas aos coordenadores. Por diferentes razões, escolhi (e fui escolhido) pelo Projeto Paraguaçu para trabalhar na região de Santiago do Iguape.

Não tinha a menor idéia que permaneceria no Vale do Iguape, de forma quase ininterrupta, por mais de seis anos — mais tempo do que a duração de um curso universitário de graduação.

Desde as primeiras viagens, estive posto o desafio de conviver com muitas diferenças, fossem elas de classe, de organização social, de modos de vida ou de percepção de tempo-espço, apesar de Santiago estar “logo ali”, a cerca de 100 km de Salvador. A percepção de haver uma grande distância cultural, apesar da proximidade geográfica, talvez tenha sido a principal tensão a me acompanhar durante os anos de convivência com o Iguape¹.

Foi um período de experimentações, de realizações e, também, de algumas decepções. Ao lado das ações do Projeto Paraguaçu, eu também desenvolvia atividades profissionais como psicólogo, numa escola, e como pesquisador, num projeto de avaliação educacional, o que permitia um diálogo permanente entre as diferentes experiências, mas também muitos conflitos.

Após seis anos no Iguape, participando de dezenas de atividades diferentes, o desafio de propor um anteprojeto de mestrado passava pela dificuldade de escolher um foco específico para ser aprofundado. Durante algum tempo, pensei em pelo menos cinco temas de investigação: a metodologia do Projeto Paraguaçu; a visão que os analfabetos da região tinham sobre a escola; a relação que as

¹ É comum que os moradores se refiram a Santiago do Iguape simplesmente como Santiago ou mesmo como “o” Iguape. Até por questão de hábito, também adoto estas nomenclaturas durante o texto.

comunidades sem energia elétrica tinham com as mídias e as tecnologias; a experiência de aprendizado da atividade da pesca pelas crianças; e a construção dos projetos de vida dos jovens.

Quando optei por estudar o último dos temas, ainda tinha muitas dúvidas quanto a sua pertinência para um programa de pós-graduação em educação. Indagava se existia originalidade, relevância teórica ou social no tema, que são critérios básicos para a aprovação de uma proposta.

O interesse pela investigação da construção de projetos de vida nos pequenos povoados de Santiago do Iguape, talvez tenha uma origem remota e venha das primeiras conversas com Felipe Serpa, idealizador e primeiro coordenador do Projeto Paraguaçu. Nestes diálogos, costumávamos nos perguntar qual seria o lugar na contemporaneidade daqueles modos de vida que íamos conhecendo nas pequenas localidades do Iguape? Como seria possível fugir dos lugares comuns que rotulam os modos dessas pessoas como tradicionais ou carentes?

Embora o conceito de projetos de vida ainda não fosse muito claro quando da construção do anteprojeto, desde aquele momento parecia ser uma noção de grande valor heurístico para circular entre determinações e escolhas, objetividade e subjetividade, passado e futuro.

Nas abordagens antropológicas encontrei o apoio que precisava para poder discutir a construção de “projetos de vida”. Nesse caso, foi fundamental o encontro com Gilberto Velho, especificamente com seu livro “Individualismo e Cultura”. O conceito de “projeto” tem inspiração *schultzi*ana e é originário de um referencial fenomenológico, o que não impediu que fosse mantida a preocupação de observar como os grupos se estratificam socialmente.

O percurso para a construção de um referencial teórico que ajudasse a compreender tantas e diferentes questões foi tortuoso. Trilhar este caminho permitiu o encontro e o embate com diferentes orientações, sem necessariamente produzir uma síntese entre concepções conflitantes. Na estrutura do texto há um movimento que oscila das abordagens estruturais até as concepções de natureza hermenêutica. Mantenho o respeito às chamadas “teorias críticas em educação”, especialmente quando discuto questões como o lugar que a instituição escolar ainda mantém no sistema capitalista, a importância que a cultura escolar tem para a reprodução social e as diferentes violências simbólicas na escola.

Para estabelecer um diálogo entre teorias críticas e outras orientações teóricas, Velho (2004, p.85) adverte para o cuidado que se deve ter para não reduzir “processos sociológicos e culturais complexos para privilegiar contradição e conflito como únicas chaves explicadoras”. O autor afirma que não é possível ignorar as diferenças entre classes sociais, mas ao mesmo tempo ressalta que também é fundamental estar atento àquelas pessoas que possam dizer: “No Nordeste não é assim; Na minha cidade isso jamais aconteceu; Conheço pessoas que não pensam dessa maneira; etc” (Velho, 2004, p.85).

A tentativa de dar destaque às sutilezas que se insinuam entre grandes categorias não é algo secundário neste trabalho, por compreender que estes detalhes são a própria substância com a qual são edificadas as sociedades, sejam elas chamadas de classistas ou pós-classistas, complexas ou tradicionais.

Segundo uma linha teórica que defende a importância de leituras culturais numa sociedade de classes, Brandão (1999) defende a importância de estudos antropológicos num campo onde as leituras sociológicas têm clara dominância. O autor descreve como múltiplas desigualdades se produzem e reproduzem no interior de uma mesma classe social e busca compreender qual o valor que a escola tem no sistema de valores de cada família. Ao incluir questões como estas, a compreensão da educação se torna mais complexa, após tantos e bons estudos sociológicos sobre as condições materiais, políticas e curriculares.

Ao falar de pequenas comunidades, busco compreender um pouco mais o mundo em que vivo: as tensões entre globalização e localização e entre educação formal e não-formal; a legitimidade de formas minoritárias de conceber tempo, espaço, trabalho e educação; os limites entre pesquisa e intervenção etc.

Para isso, começo com um passeio pelas origens de Santiago do Iguape, através de algumas pesquisas históricas, para, logo depois, passar pelas sociologias de Bauman e de Boaventura Santos, até encontrar na antropologia um suporte fundamental para articular história, economia, arte e sistemas sociais num todo compreensível que é a cultura.

A antropologia auxiliou a identificar e a selecionar experiências capazes de criar fronteiras simbólicas no emaranhado de eventos que acompanhei, além de dar suporte para o uso do conceito de cultura. Na acepção que tomo neste trabalho, cultura nunca é algo apreensível de forma estática e uniforme, mas algo que se

manifesta em distintos planos de realidade. Um mesmo indivíduo vive concomitantemente em vários mundos diferentes, inclusive com valores conflitivos.

Quanto à metodologia do trabalho, em diversos momentos, cheguei a questionar porque não realizar uma pesquisa-ação, já que foram muitos anos de convivência e de trabalho de extensão pelo Projeto Paraguaçu poderia se estender até o início de 2006, embora com atividades mais diretamente ligadas à área produtiva, como as oficinas de carpintaria naval e de beneficiamento de dendê.

A dúvida permaneceu durante algum tempo, mas hoje acredito que foi uma opção acertada não ter insistido numa pesquisa-ação, justamente porque durante os anos de atividade de extensão em Santiago, nem sempre era possível fazer o movimento de proximidade e distanciamento que a pesquisa social exige. Realizar uma pesquisa implicada, mas sem objetivos de intervenção, foi a alternativa.

A implicação não surge apenas como uma postura, mas, também, baliza a construção de toda a estrutura e a estilística do texto da dissertação. A escrita é quase sempre em primeira pessoa (do singular ou plural) e opto por fazer a discussão teórica a partir de grandes eixos temáticos conectados à práxis do Projeto Paraguaçu.

Após apresentar o anteprojeto com o título de pesquisa etnográfica, questioneimei-me se, de fato, conseguiria realizar uma etnografia. Em alguns momentos, foi difícil silenciar para que as vozes dos membros das comunidades emergissem. A longa “estadia” no Iguape, muitas vezes, fazia com que eu antecipasse conclusões e expectativas das pessoas com quem conversava. Algum tempo depois, cheguei a uma noção mais ampla e mais “híbrida” para classificar este trabalho que é a de etnopesquisa, embora a etnografia permaneça como uma inspiração em termos de conduta.

A idéia de etnopesquisa permitiu seguir as pistas do trabalho de campo, ver emergir novas questões e despertar para a necessidade de aprofundar determinados temas que no anteprojeto eram secundários. Esta perspectiva de trabalho permitiu, por exemplo, incorporar elementos que surgiram durante o percurso, como o reconhecimento de diversos povoados de Santiago como remanescentes de quilombos. A implantação de energia elétrica nestas localidades ocorreu já no final do trabalho, mas, mesmo assim, permitiu insinuar possíveis conseqüências futuras.

1.1. A ESTRUTURA DO TRABALHO

Sobre a organização da dissertação, valem a pena algumas palavras que auxiliem na compreensão da estrutura do texto.

A primeira seção, denominada “PRA COMEÇO DE CONVERSA”, além desta breve introdução, traz o primeiro dos três *locus* escolhidos para contextualizar meu problema de pesquisa, num tópico denominado “Um *locus* para pensar minhas implicações - Eu e o Projeto Paraguaiçu”. Nele, busco falar sobre meu percurso formativo e minha relação com o Projeto Paraguaiçu, até chegar ao projeto de pesquisa.

Na segunda seção, chamada “DESENVOLVENDO”, apresento os outros dois *locus* selecionados: “Um *locus* para pensar o mundo - Santiago do Iguape” e “Um *locus* para pensar a educação - as escolas rurais do Caonge e do Engenho da Ponte”.

No primeiro *locus*, Santiago do Iguape é tomado como um pretexto, ou melhor, como um texto para pensar o mundo contemporâneo, buscando identificar tensões e influências locais de vetores mais amplos.

Já no segundo, tomo as escolas do Caonge e do Engenho da Ponte para refletir sobre a educação contemporânea, com ênfase para os desafios da escola do campo.

A opção por “localizar” as análises, ou seja, partir de espaços concretos, vai ao encontro de algumas idéias de Milton Santos (1996a,1996b), para quem, ao contrário do que possa parecer, o lugar tem a cada dia maior importância num mundo em franco processo de globalização. O “lugar” é o elo de ligação entre o indivíduo e o mundo, um “ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 1993, p.303). E, nesse caso, a ênfase no “lugar” não aponta para uma abordagem reducionista ou localista, já que a mundialização afeta todos os lugares, embora com intensidades e de formas heterogêneas. O conceito de lugar permite ao pesquisador explorar construções sociais, modos de viver, conflitos, apropriações do espaço, bem como as atualizações de vetores sociais mais amplos.

Depois desta etapa de contextualização, apresento o item denominado “A PESQUISA”, onde discorro sobre a estrutura da investigação realizada durante o ano de 2005. Começo pela apresentação do “Problema de pesquisa”, que explicita as perguntas-chave que orientam a discussão em torno da construção de projetos de vida pelos jovens do Iguape. A seguir discuto os aportes metodológicos da pesquisa no tópico “Algumas palavras sobre metodologia”, dividido em uma etapa retrospectiva de reflexão sobre a metodologia do Projeto Paraguaçu, e outra, em que discuto etnopesquisa e implicação.

Na penúltima etapa do texto, “FALANDO EM PROJETOS DE VIDA”, são discutidos os conceitos de juventude e de projetos de vida, para depois fazer uma leitura das múltiplas dimensões da construção de um projeto, destacando suas inter-relações com família, comunidade, trabalho e educação.

Por fim, em “PALAVRAS FINAIS”, teço alguns comentários, não exatamente de conclusão, mas sobretudo de avaliação do que foi o processo de pesquisa.

1.2. UM LOCUS PARA PENSAR MINHAS IMPLICAÇÕES — EU E O PROJETO PARAGUAÇU

1.2.1. DA ESCOLA À EDUCAÇÃO

Considero significativo este tópico por permitir reconstruir e ressignificar minha história de aproximação e de implicação com a educação. É um exercício que pode resvalar facilmente num sentimentalismo exagerado ou num exercício de narcisismo. Dar um acento autobiográfico a um trabalho acadêmico pode dificultar o trabalho de crítica exterior, pois qualquer apreciação negativa pode ser tomada como algo pessoal. O antropólogo Clifford Geertz (2001, p.31), num trabalho em que discute as implicações do trabalho de campo, provoca:

Discutir moral em público é sempre um convite à hipocrisia e, o que é pior, à concepção de que há algo particularmente nobre em se ter sido refinado o bastante por simplesmente tê-la tido. Até quem comprovadamente odeia a si mesmo, orgulha-se, como observou

Nietzsche, de sua sensibilidade moral em discernir com suma agudeza a própria degradação.

Apesar da advertência de Geertz, pretendo correr o risco, visto que tanto aqui, nesta apresentação, quanto na maior parte do trabalho, há um movimento simultâneo entre reflexão teórica e avaliação das minhas implicações com o Projeto Paraguaçu, com as comunidades do Iguape e com a educação.

Opto por falar sucintamente do meu processo de escolarização, para tentar compreender minha gradativa aproximação do campo da educação, até chegar à escrita desta dissertação.

Obviamente que meu interesse pelo campo educacional passa por muitas questões, mas, arbitrariamente, seleciono algumas experiências de minha escolarização, que transcorreu quase integralmente em escolas públicas. Cursei dois anos de pré-escola em escolas estaduais das cidades de São Paulo e Campinas. Da 1ª a 5ª série, passei por colégios públicos em Ribeirão Preto e Campinas. Fiz a 6ª série numa escola estadual de Salvador e as 7ª e 8ª séries num colégio particular, na mesma cidade. O ensino médio foi cursado na Escola Técnica Federal da Bahia (atual CEFET). Aqui consigo identificar o começo do meu interesse pelas ciências humanas.

Em 1989, ingressei na Escola Técnica, onde fiz, por quatro anos, o curso técnico em edificações. Apesar de ser receber uma formação técnica, em regime de “dedicação quase exclusiva”, com aulas maçantes de cálculo, de estática e de mecânica dos solos, aprendia-se muitas coisas diferentes. Até mesmo como reação ao tecnicismo que nos prepararia para o mercado e ao sistema disciplinar austero, uma vida paralela ia sendo construída. No plano cultural e ideológico surgiam os fanzines, as aproximações com o movimento anarco-punk e a absorvente política estudantil, quando líamos e repetíamos o Manifesto Comunista, mesmo sem entender uma palavra. Existia também a “Etiópia”, refeitório público e espaço de convivência fundamental da escola, onde quem não tinha grana comia primeiro e quem tinha comia o que sobrava. Eu, na condição de “remediado”, almoçava quase sempre no final. Tive bons professores de história e geografia que abandonavam o livro didático para falar de luta de classes, de mais-valia, de meios e modos de produção. Meu primeiro semestre na escola foi agitado com a morte de Raul Seixas, a disputa eleitoral entre Lula e Collor e os embates com o prefeito da época, Fernando José.

Conclui o curso em 1993, saindo para estagiar e trabalhar por dois anos. Fiz um pouco de tudo na área de edificações: orçamentos, elaboração de projetos e fiscalização de obras, o que permitiu ter um panorama interessante do que é a construção civil. Recordo também das licitações fraudulentas e da promiscuidade entre o público e o privado. Gostava muito das atividades de campo e do contato com o pessoal da obra, mesmo lidando com condições de trabalho muito adversas e de ter aprendido da pior forma possível o que é mais-valia. Cheguei a pensar em fazer o curso de administração, achando que meu negócio era “trabalhar com gente”. Depois fui migrando para história, psicologia ou comunicação, sem descartar engenharia ou arquitetura.

Em 1995, fui aprovado nos vestibulares da UCSAL e da UFBA, respectivamente para engenharia civil e psicologia. Freqüentei o primeiro curso por apenas quatro dias, o suficiente para decidir que não era mais naquela área que eu gostaria de atuar, mesmo sem saber ao certo se era psicologia o que eu realmente queria.

Comecei a freqüentar o curso da UFBA e, como muitas pessoas que ingressam no curso de psicologia, cheguei com as expectativas de “me conhecer melhor” e de “ajudar os outros”. De fato, o curso tinha um currículo bastante voltado para a prática clínica, o que de alguma forma tinha relação com as minhas perspectivas iniciais; mas descobri cedo que não era bem o lugar para atender a essas demandas. Em 1996, consegui um estágio no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, na Ribeira. Gostava do trabalho, mas me sentia extremamente despreparado para o ofício. Lecionava psicologia para os cursos técnicos de administração. Com pouco mais de um ano de faculdade, ainda cursava as matérias iniciais e tinha pouco a dizer sobre psicologia. Trabalhava com alunos do último ano do Ensino Médio e sempre conversávamos sobre o que fora a escolarização deles até ali e sobre o futuro, além de ser um espaço para escuta para as inúmeras queixas com relação à escola pública. Estranhava quando os alunos diziam que os melhores professores do colégio eram os estagiários, que eu imaginava tão despreparados. Depois disso, fui bolsista de iniciação científica pelo CNPq durante os anos de 97 e 98, numa área ligada à psicologia organizacional, na qual não consegui me encontrar. Cognitivismo, comprometimento com o trabalho, escopo do trabalho, mapas conceituais, enfim, nada disso fazia muito sentido para mim.

Das aulas na universidade, dois professores foram fundamentais, sobretudo pela politização do conhecimento: Wilson Senne, dando nó em tudo que eu pensava sobre psicologia, psiquiatria, ciência, universidade. Foucault deixava de ser um som esquisito para ser uma presença viva. O outro professor, Marcus Vinícius, totalmente envolvido com direitos humanos, órgãos de classe, análise institucional e saúde mental, oxigenava e apresentava com vigor a participação em políticas representativas tanto no interior da universidade quanto fora (Reforma psiquiátrica, Conselho de Psicologia e Conselho Municipal de Saúde). No entanto, as lembranças mais marcantes são de fora da sala de aula. Uma parte significativa do meu currículo foi construída na elaboração dos jornalzinhos despreziosos, nas reuniões intermináveis no DA e no DCE, na organização de festas e encontros de estudantes, nas experiências “mambembes” de psicologia comunitária, indo conhecer o Calabar, o Alto das Pombas e o Nordeste de Amaralina. Além destas vivências, um outro marco desse currículo “informal” foi o envolvimento com o “Movimento Nacional da Luta Antimanicomial”, através da participação e organização das reuniões semanais com os “usuários de serviços de saúde mental”², sempre com uma composição e uma dinâmica diferentes, já que estávamos sempre à mercê dos períodos de mania, depressão ou surtos dos participantes do grupo.

Em 1999, chego ao último ano da graduação e ao período do estágio curricular obrigatório, sem saber muito para onde ir. Estava ciente de que não queria nada com psicologia organizacional e clínica. Curtia a área de saúde mental, a psicologia escolar era um apêndice do curso e a psicologia comunitária era no “plano corporativo”, o que me unia a meus maiores amigos dentro do curso. Decidi fazer o estágio curricular no Nordeste de Amaralina, tentando articular psicologia comunitária com o trabalho dos agentes comunitários de saúde. Posteriormente, estabeleci contato com a Escola Carlos Santana I, no chamado Beco da Cultura. A escola foi a saída, por parecer um espaço mais aberto para experimentação do que o posto de saúde, que apresentava demandas muito explícitas para um psicólogo. Eu e mais três amigos acabamos ficando na escola, tateando, trabalhando com os adolescentes e tentando criar um projeto coletivo que não foi muito à frente.

² A denominação é horrível, com raízes na Análise Institucional, mas era o escolhido pelos próprios militantes para substituir os termos “doente mental” ou “portador de transtorno mental”.

Provavelmente pelo “excesso” de experimentação, os adolescentes não entenderam o que nós pretendíamos, e nem nós mesmos.

No segundo semestre de 1999, ingresso como monitor no Projeto Paraguaçu, atividade ligada ao programa Ufba em Campo. Esta experiência — decisiva na minha formação — abordo detalhadamente no próximo tópico, mas posso adiantar, sem muita dúvida, que foi a atividade universitária mais intensa e de maior valor heurístico para pensar todas as outras atividades profissionais e acadêmicas que viria a realizar.

Chego ao tão esperado ano 2000. Após a virada do ano, estava preocupadíssimo com a premência de me formar e sem trabalho em vista. Aí é que, uma semana antes da formatura, em fevereiro, surge a oportunidade de emprego numa escola particular. Meio no susto, vou fazer a entrevista. Falei da minha pouca experiência com educação, e (ou mas?) dois dias depois estava trabalhando na Escola Girassol. Apesar dos dezenove anos de escolarização, lembro que o espaço físico da instituição me causava um certo desconforto no início. A estrutura física da escola era incrível, mas parecia um pouco “pasteurizada” para as minhas vivências anteriores, quase exclusivamente em escolas públicas. Não tinha um risco nas paredes!!! Desde o início do trabalho aparecia uma quantidade imensa de coisas para fazer. Felizmente, a equipe da instituição respeitou minha inexperiência, permitindo que eu pudesse “etnografar” os espaços, os alunos, os professores, os pais, o currículo. Fui gradativamente me afeiçoando à escola, ao mesmo tempo em que descobria o que era uma rotina escolar, construtivismo, PCN, projeto pedagógico, reunião de professores, formação continuada, aprendizagem significativa, avaliação formativa, etc, etc. Inquietava-me quando a instituição sofria uma pressão frontal da sua “clientela”, que mais do que nunca, vê o projeto de escolarização dos filhos como um investimento. O desassossego era maior porque, concomitantemente, permanecia ligado ao Projeto Paraguaçu como extensionista, vivendo uma realidade muito diferente daquela da Girassol.

Ainda nos anos de 2002 a 2004, prestei serviços à Agência de Avaliação, um convênio da Secretaria Estadual de Educação com o ISP/UFBA para avaliar a educação básica na Bahia, nos moldes sugeridos pelo Banco Mundial. Apesar do tempo prolongado, minha atuação no projeto foi muito focal.

Por vezes, era um tanto quanto esquizofrenizante ter de lidar sincronicamente com realidades tão distintas: escolarização privada (na Escola

Girassol), educação comunitária (no Projeto Paraguaçu) e avaliação de aprendizagem padronizada e quantitativa na escola pública (na Agência de Avaliação).

Sem perceber muito claramente, tudo que fazia em minhas atividades profissionais ou acadêmicas estava ligado muito diretamente à educação. Ao reconstruir esse percurso formativo, ainda procuro identificar o que é que me fez, hoje, tão próximo do campo educativo.

Agora, parto para falar do Projeto Paraguaçu, que foi a experiência central deste trabalho.

1.2.2. O PROJETO PARAGUAÇU

Antecedentes

É difícil decidir até que ponto recuar para tentar recuperar a trajetória do Projeto Paraguaçu. Certamente ele começa “antes do seu começo”, e, para historicizá-lo, vou escolher alguns temas que necessariamente remetem à história de Felipe Serpa, físico, educador, ex-reitor, idealizador do Projeto Paraguaçu e “Pajé”, alcunha pela qual foi conhecido nos últimos anos de vida.

As lembranças mais antigas de Felipe são do começo da minha graduação, quando ele era reitor. Existiam os cafés da manhã com os estudantes em São Lázaro e as ocupações da reitoria, que, com Felipe, não tinham muita graça, e fazia nossa rebeldia, às vezes, parecer pura provocação. Foi o período de gestação e nascimento do programa “UFBA em Campo”, pelo qual ele tinha tanto apreço e no qual, junto com a equipe da Pró-Reitoria de Extensão, esboçava uma forma instigante de pensar a relação universidade-comunidade.

O Projeto Paraguaçu, do qual sou membro desde 1999, surge dos desdobramentos desse programa e inscreve-se no campo da extensão acadêmica até o início de 2006. A história de Serpa é marcada por atividades de extensão em diferentes lugares: de Santiago do Iguape, passando por Ouro Preto e indo até o Equador. Em 1997, durante o seu reitorado, foi lançado o programa “UFBA em

Campo I”, numa espécie de edital aberto para estudantes de todas áreas. Após a inscrição, alunos obrigatoriamente de diferentes áreas formavam grupos e participavam de oficinas sobre alguns aspectos estratégicos para o trabalho de campo. Os “treinamentos” incluíam temas como relação universidade-comunidade, etnografia, registro imagético, caderno de campo etc. Isso era muito interessante, sobretudo para alunos de algumas áreas que dificilmente teriam essa formação em seus cursos de origem. Foram selecionados 50 municípios baianos, que receberiam os grupos por 10 dias. Ao fim do período, os estudantes produziram relatórios de suas impressões sobre os municípios, socializando-os tanto com a universidade quanto com as prefeituras envolvidas. A um custo mínimo — a universidade pagava apenas as passagens e as bolsas de R\$ 50,00 por estudante, e as prefeituras pagavam hospedagem e alimentação —, o programa se propunha a abrir novos caminhos de relação entre universidade e comunidade.

Essa aparente despreensão inicial foi, de alguma forma, mantida no programa UFBA em Campo II, de 1999, quando professores propuseram atividades de extensão com as mais variadas concepções, apresentando-as em seminários abertos. Nas apresentações, estudantes conheciam e debatiam as propostas dos docentes e escreviam “cartas de intenções” justificando suas escolhas. Do “casamento” entre os interesses dos estudantes e dos professores, formavam-se grupos, com ênfase na multidisciplinaridade do conjunto.

A ementa do Projeto Paraguaçu era uma das mais simples. Falava de busca de novos caminhos para a universidade, de convivência com grupos locais. Desde o primeiro encontro, Felipe Serpa deixou claro que a construção do projeto seria muito mais dos estudantes do que dele. Inicialmente a atividade se desenvolveria no município de Jaguaripe, nas localidades de Pirajuía, Mutá e Cações, mas foi inviabilizada por alguns entraves com a prefeitura local.

A impossibilidade de realizar o trabalho em Jaguaripe foi, de certa forma, interessante. Se por um lado perderíamos algum tipo de apoio da prefeitura, por outro estaríamos livres de algumas intenções que se anunciavam pelas lideranças políticas locais.

Sem lugar para “ancorar” o Projeto, decidimos procurar outro lugar, que oferecesse condições para um trabalho com continuidade. Recomeçamos nossa busca pelo Recôncavo passando rapidamente por Saubara, até chegarmos a Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira. A

empatia com estas duas últimas localidades foi imediata e, uma semana depois do primeiro contato, iniciamos algumas viagens de reconhecimento e de convivência.

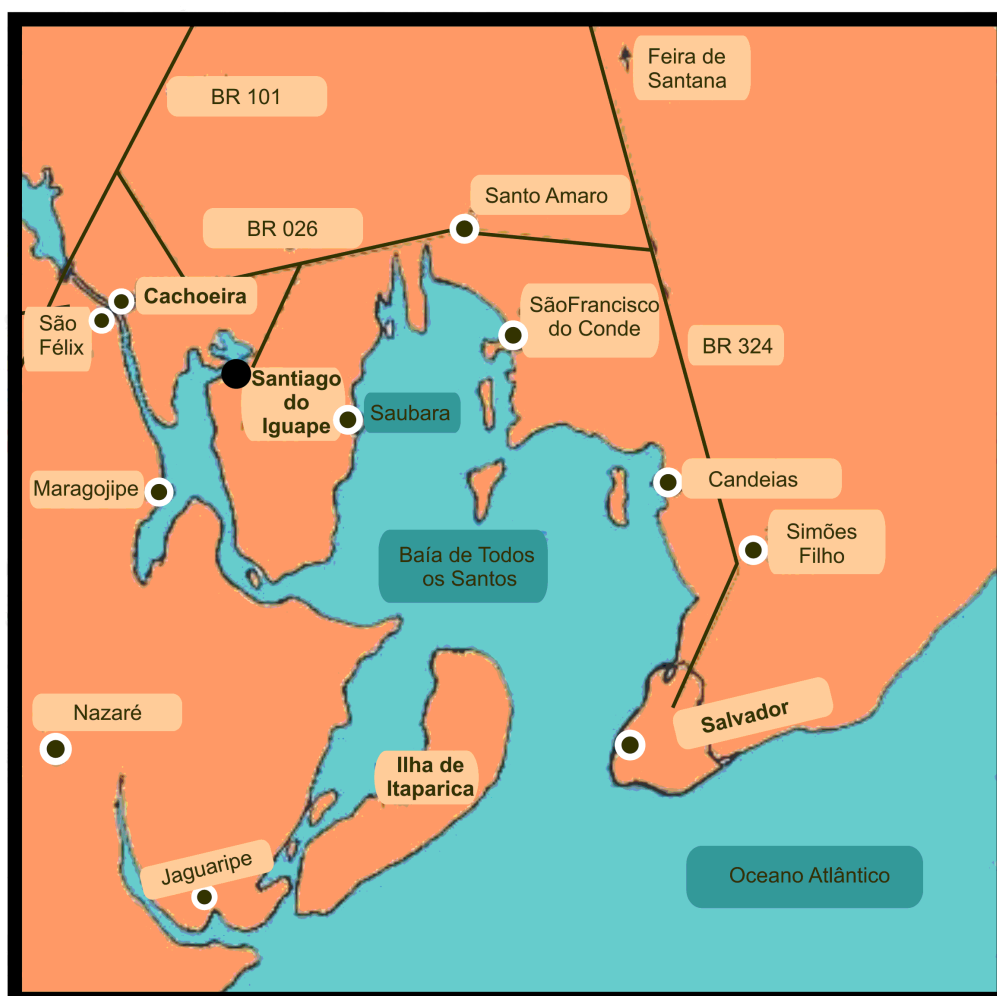


Figura 01: O Recôncavo Baiano e Santiago do Iguape

Convivência e entre-lugar: idéias fundantes

Conviver, como verbete de dicionário (FERREIRA, 1977, p.126), é relacionado como “viver em comum com outrem em intimidade, em familiaridade”. Este sentido mais simples da palavra era perseguido pelo Projeto Paraguaçu ao introduzi-lo, primeiramente, na própria equipe, que possuía dez pessoas, sendo apenas duas de áreas comuns. Convivência, na proposição do Projeto Paraguaçu, não era estratégia de aproximação ou qualquer camuflagem metodológica para se atingir algum objetivo previamente traçado. A convivência era condição para que, no encontro entre os conhecimentos dos membros da academia e os dos membros das

comunidades, uma relação mais horizontal pudesse ser estabelecida. Cada estudante dispunha de algo mais do que seu conhecimento acadêmico, e cada morador das comunidades de algo mais do que conhecimento do “senso comum”.

Descobriria, algum tempo depois, que a noção de convivência que utilizávamos aproximava-se de um conceito quase homônimo utilizado por Maffesoli (1998, p.184), o de vivência, com sentido de “abertura para o outro, relativização de si, invasão pelo outro”.

Num primeiro momento de convivência, num contexto tão diferente, é fácil se ater ao exótico, imaginar a comunidade como um “paraíso perdido”, onde as tradições e relações são aparentemente mais humanizadas que as nossas relações urbanas ou acadêmicas, ou, ainda, abandonar a reflexão em favor de uma fruição estética. Todavia, o próprio Maffesoli (1998, p.176) chama a atenção para este último equívoco:

Cabe lembrar que ater-se à vivência, à experiência sensível, não é comprazer-se numa qualquer *delectatio nescire*, ou negação do saber, como é costume crer [...] Muito pelo contrário, trata-se de enriquecer o saber, de mostrar que um conhecimento digno deste nome só pode estar organicamente ligado ao objeto que é o seu.

No começo do Projeto, “caímos na tentação” de procurar as lideranças, entendidas até então como sendo os presidentes de associações; mas, gradativamente, pudemos descobrir múltiplas formas de organizações culturais, políticas, religiosas e de trabalho que desestabilizaram nossa visão inicial. A noção de vivência ajudou muito a poder pensar a natureza dos vínculos sociais, a focar nosso olhar nas relações instituintes e na dimensão comunitária da vida social.

Além da noção de convivência, a “errância” era assumida nos primeiros momentos como forma de encontrar afetações recíprocas entre os diálogos, perspectivas presentes e futuras. Desde o início, deixávamos claro que não tínhamos nada a oferecer além da disponibilidade de construirmos ações coletivas, desde que pudéssemos partilhar nossas visões de mundo, mesmo quando não houvesse concordância.

Estabelecer relações mais horizontais foi bastante difícil numa comunidade distante e com inúmeras carências materiais e estruturais, decorrentes inclusive da pouca presença do poder público, como pudemos constatar durante os anos de “estadia” no Iguape. A universidade, para alguns habitantes, não significava muita coisa, enquanto para outros poderia significar a ajuda, a assistência que a

população não recebia dos poderes públicos nas suas três instâncias (municipal, estadual e federal).

Em determinadas circunstâncias, surgiam demandas para a universidade, tais como pedidos de doação de dentaduras, de marcação de consultas no Hospital das Clínicas ou de dinheiro para organizar festas, solicitações tradicionalmente dirigidas ao poder público ou aos políticos profissionais. A desconstrução de um lugar assistencialista, que ainda pode ser encontrado em algumas ações de extensão universitária, foi uma preocupação permanente do Projeto, e que requeria uma atitude positiva no sentido de construir posturas e conceitos que pudessem sustentá-la.

O conceito de “entre-lugar” serviu de apoio para pensar o campo de relações que estabelecíamos com as comunidades. Um dos autores que utilizam o conceito, Homi Bhabha (1998, p. 20), afirma que vivemos um “momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”. Para o autor (1998, p.20), os entre-lugares são momentos ou processos — mais do que espaços — produzidos pelos “excedentes das somas das partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)”.

O Projeto Paraguaçu passou a trabalhar com a idéia de entre-lugar, a partir de uma releitura do conceito feita por Felipe Serpa. No cotidiano de nossas relações, o conceito de entre-lugar assumia o sentido de “campos de ressonância”, para se referir às afetações recíprocas entre diferentes coletivos e sujeitos que possibilitassem extrapolar pertencimentos já instituídos (nativos, universitários, estudantes disso ou daquilo). Algumas experimentações aconteceram, como na produção de performances e espetáculos entre o grupo de dança local e estudantes da universidade, na luta por uma biblioteca comunitária, na oferta de bolsas para estudantes secundaristas do Iguape para comporem a equipe do Projeto Paraguaçu.

Obviamente, um “modelo” de ação que pretende possibilitar uma maior horizontalidade de saberes não foi — e não é — fácil de perseguir. Inúmeras vezes o Projeto Paraguaçu se mostrava tão iluminista quanto tudo que ele mais criticava. A tentativa frustrada de criar uma cooperativa de pescadores em 2001, por exemplo, foi um pouco reflexo disso. Nosso desejo de produzir “organização” em um sistema aparentemente desorganizado não foi à frente, pois, entre outras coisas, desconhecíamos a complexidade do sistema de produção dos pescadores, que

possui tanto práticas solidárias quanto individualistas, a depender da etapa do trabalho (uso dos equipamentos, domínio das técnicas, divisão do trabalho e dos ganhos, comercialização e distribuição do pescado). Nesse sistema produtivo, é possível encontrar, lado a lado, ações de profunda solidariedade (doação de peixes, empréstimo de materiais) e formas mais duras de exploração capitalista (aluguel de canoas em troca de 50% da produção, obrigatoriedade de venda da produção ao proprietário dos equipamentos etc.). Este é apenas um exemplo da complexidade e do risco de transformar qualquer uma das proposições do Projeto Paraguaçu em soluções “conceituais” para os problemas práticos de uma comunidade.

Uma outra proposição do Projeto Paraguaçu era a busca de apreender a vida nas comunidades a partir de suas positivities, numa tentativa de sair do lugar comum de “comunidade carente”, idéia homogenizante ou tuteladora. O adjetivo carente, que com freqüência é substantivado, pede, no mínimo, um complemento: carente “de quê?”. Enfrentar este desafio implicava uma constante atenção para não se cair num relativismo excessivo quando eram tensionadas as negações do iluminismo e do assistencialismo de determinadas práticas de extensão universitária. Em outros momentos, também, era difícil não querer tomar uma atitude radicalmente diretiva de enfrentamento com a prefeitura, frente ao abandono, pelo poder público, das áreas de saúde, educação e transporte.

Anos após o início do Projeto Paraguaçu, permanecia uma tensão de caráter ético na condução do trabalho acadêmico: o desequilíbrio entre “a capacidade de revelar problemas e o poder de resolvê-los”, como diz Geertz (2001, p.43).

Quando minha atitude pendia para um relativismo excessivo ou uma romantização do “popular”, Marx vinha puxar meu pé à noite. Lembro do meu incômodo quando nossas práticas pareciam caminhar para uma “insustentável leveza”, quando não conseguia mais “apenas conviver”. O desejo de fazer algo concreto, material mesmo, angustiava-me. Creio que essa vontade de concretude devia-se, em parte, ao descompasso que vivia, entre meu “jeito de ser”, quase sempre prático, objetivo e a minha formação profissional, a psicologia, que implica lidar o tempo todo com o impalpável. Pensava: “Será quem nem aqui vou poder produzir algo material? Será que fiz bem em largar a faculdade de engenharia?”

Outros incômodos surgiam, também, ao perceber que alguns novos estudantes buscavam o Projeto Paraguaçu apenas para “poderem viajar”, “conhecer um outro lugar”; e, decisivamente, turismo social não era o foco do Projeto.

A experiência do Projeto Paraguaçu ao pôr em relevo a convivência, sempre foi marcada por tensões e por um permanente esforço de “combinar duas atitudes fundamentais em relação à realidade – a engajada e a analítica numa atitude única” (GEERTZ, 2001, p. 45). A noção de implicação nunca foi entendida aqui no nível técnico, instrumental, mas, pelo contrário, como questão de afeto e afinidade política com as coletividades acadêmica e comunitária.

As noções de convivência e implicação teriam que começar pelo próprio grupo acadêmico. Desde o início, era posta à prova a capacidade do próprio coletivo universitário de se autogerir e de negociar as diferenças, até porque os interesses iniciais pelo projeto e as áreas de formação dos estudantes sempre foram as mais distintas.

As Atividades Curriculares em Comunidade (ACC) passaram a ser ofertadas a partir do primeiro semestre de 2001, como desdobramento do UFBA em Campo. Essa modalidade de atividade foi incluída nas matrizes curriculares dos cursos, o que por um lado garantia a manutenção e a continuidade dos projetos, mas, por outro, também trazia todos os rigores da institucionalização disciplinar: atender aos calendários de matrícula, passar pelas interrupções entre os semestres e permitir aqueles tradicionais arranjos que os alunos fazem, de encaixar a atividade como mais uma disciplina eletiva naquele horário que sobrou. Muitos estudantes passaram pelo Projeto Paraguaçu através da ACC, poucos permaneceram; o que exige uma reflexão e autocrítica por parte dos integrantes mais antigos sobre o porquê dessa situação. Alguns alunos da ACC nos deram pistas, como a excessiva centralização na condução de atividades, em algumas ocasiões; noutras, um certo paternalismo ou um excesso de cuidado ao lançar os iniciantes na comunidade. Enfim, esta é uma ponderação que explicita possíveis contradições na práxis, entre o que concebemos e o que realizamos.

Prosseguindo, o interesse por Santiago se firmou e se ampliou não pelo ângulo do exótico — por mais que muitas vivências tenham sido curiosíssimas — mas, sobretudo, pela oportunidade de encontro com a diferença, pela possibilidade de dar-se conta das incompletudes de cada um e por uma certa nostalgia da vida em comunidade. Hoje, avalio com mais ressalvas o ideal de “comunidade perdida”,

percebendo as múltiplas opressões do viver comunitário, tanto em Santiago do Iguape quanto em muitas formações urbanas contemporâneas.

Nesses mais de seis anos de relação, o Projeto passou por inúmeros altos e baixos, com entradas e saídas de colegas, conflitos internos e com os grupos locais, sucessos e fracassos parciais, e uma enorme perda, a do coordenador e amigo, Felipe Serpa, que falecera no final de 2003. Desde o seu início, o Projeto Paraguaçu firmou dois convênios. O primeiro, com o CADCT, de 2000 a 2002, teve um caráter mais ampliado com a inclusão de bolsistas da comunidade nas atividades, o que foi fundamental para a identificação de possibilidades de ações conjuntas, embora não contássemos com recursos específicos para financiar atividades mais dispendiosas na comunidade.



Figura 02: Oficina de construção de um barco comunitário

Já o segundo convênio, assinado com a FAPESB, de 2003 a 2006, possibilitou a focalização em atividades de caráter formativo, como as oficinas com os grupos locais de dança e de capoeira, a oficina de beneficiamento de dendê com as comunidades do Caonge, Calembá e Dendê, a oficina de construção de um barco comunitário, com a formação de jovens na arte da carpintaria naval e a discussão da formação de arranjo produtivo local com os pescadores.

2. DESENVOLVENDO

2.1. UM *LOCUS* PARA PENSAR O MUNDO — SANTIAGO DO IGUAPE

Como antecipara na “Estrutura do trabalho”, a idéia de utilizar Santiago para pensar o mundo se justifica por considerar que a região ocupa uma posição “crítica” nos processos contemporâneos de mudanças sócio-culturais. Está, ao mesmo tempo, “perto e longe” de alguns grandes motores de transformações mundiais.

No entanto, como ressalta Geertz (1989, p.32), ao avaliar o trabalho do pesquisador, “o *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças ...), eles estudam nas aldeias”. Não se trata, portanto, de fazer do Iguape um “mundo em miniatura” ou um “laboratório natural” — dois modelos de análise comuns nas ciências sociais. Para o primeiro modelo, uma das críticas poderia ser a de que não é possível encontrar a essência de uma sociedade nacional ou civilização num povoado ou vila, mas sim a própria vida de um povoado ou vila, com suas especificidades e relações com o mundo. Para o segundo, a multiplicidade de eventos concomitantes impede qualquer aproximação com padrões de controle mais rigorosos, com ressonâncias experimentalistas que permitam replicações ou estabelecimento de leis gerais.

Nesse sentido que alguns temas foram escolhidos na realidade do Iguape, mas não estudados extensivamente. Geertz, mais uma vez, faz uma importante observação quanto à questão do potencial de generalização dos estudos qualitativos, especialmente nos de cunho interpretativo, como o são os trabalhos antropológicos: “qualquer generalidade que consegue alcançar surge da delicadeza de suas distinções, não da amplidão das suas abstrações” (Geertz, 1989, p.35). Este

parece ser um alerta importante, quando se pretende dialogar com abordagens com diferentes pretensões explicativas e de generalização.

Ao passear por grandes áreas de conhecimento, como história, política, economia e cultura, busco estabelecer nexos entre leituras teóricas mais amplas da atualidade e políticas de significado local. Um movimento entre o micro e o macro, o geral e o específico, a História e as histórias, tentando mergulhar grandes conceitos (classe, cultura, poder, estado) num “caldo quente”, num contexto mais específico, que é Santiago do Iguape.

Para isso, a inspiração vem, sobretudo, pelas vias da antropologia social e cultural. Apesar do entusiasmo pela descoberta destas referências, o trabalho não é uma pesquisa etnográfica *strictu* senso e inclui o diálogo com abordagens sociológicas, inclusive com orientações marxistas.

2.1.1. SANTIAGO, HOJE

Santiago do Iguape é o maior distrito rural de Cachoeira, município do Recôncavo Baiano. Localiza-se na região noroeste da Baía de Todos os Santos, próxima à foz do rio Paraguaçu, onde se forma a pequena Baía do Iguape. É uma região de lagamar³, cercada por morros que formam o Vale do Iguape.

Todo o entorno do lagamar é composto por um ecossistema de manguezal, considerado o mais preservado da Baía de Todos os Santos. Em 2000, foi iniciado, por meio de decreto federal, o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (RESEX)⁴, mas que até hoje não foi efetivamente concluído. O objetivo da implantação da reserva⁵ é reconhecer a região

³ Lagamar: região abrigada de uma baía em que se misturam águas doce e salgada. No caso do lagamar do Iguape, possui ciclos de maior ou menor salinidade a depender da vazão do Rio Paraguaçu, que é manipulada pelo homem, depois da construção da Barragem de Pedra do Cavalo e, mais recentemente, pelo funcionamento de uma hidrelétrica no local.

⁴ A RESEX inclui além de boa parte do distrito de Santiago do Iguape, mais algumas localidades de São Felix, Cachoeira e Maragogipe.

⁵ Reserva Extrativista é: “uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (*Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. DOU de 19/07/2000).

como área de conservação ambiental, o que seria fundamental para a sobrevivência de populações ditas tradicionais, no caso, marisqueiras e pescadores artesanais, que de fato são as principais ocupações das localidades.



Figura 03: A Baía do Iguape com destaque para os povoados quilombolas

Afastando-se da maré, o solo dominante é o massapê, que foi, literalmente, a base da produção de cana-de-açúcar no passado, e ainda o é nas grandes fazendas da região. Nas encostas dos morros há ainda uma porção razoável de mata atlântica preservada, sobretudo na extensão de terra que liga a região à cidade de Saubara.

A sede do distrito de Santiago fica a aproximadamente 110 km de distância de Salvador e a 40 km das sedes de Cachoeira ou Santo Amaro. Sua população é de aproximadamente 5 000 habitantes, distribuída de forma mais concentrada na sede e em dois povoados medianos, Opalma e São Francisco do Paraguaçu, e mais pulverizada nos pequenos povoados de Caimbongo Velho, Caimbongo Novo, Calembá, Calolé, Caonge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Imbiara, Tombo e Desterro.



Figura 04: O Vale do Iguape visto do alto do assentamento do Caimbongo

Apesar de relativamente próximo da capital do Estado, o distrito apresenta muitas diferenças políticas e culturais em relação aos grandes centros e até mesmo em relação à sede do município. No plano tecnológico isso também é bastante visível. Há cerca de quatro anos, existiam apenas três postos telefônicos, um na sede do distrito e os outros nos dois maiores povoados contíguos. Pouco depois foram instalados alguns orelhões e, em 2003, as linhas residenciais. Até hoje, a telefonia fixa abrange apenas Santiago, São Francisco e Opalma. A energia

elétrica também foi “privilégio” até o final de 2005, apenas destas três localidades, e do Calolé. Não circula jornal impresso e existem apenas dois ou três computadores em todo distrito.

O acesso à região se dá, principalmente, por meio rodoviário, através de uma estrada de barro, que liga a BA 026 à sede do distrito, por onde circulam lotações e ônibus, ligando Santiago às cidades de Santo Amaro e Cachoeira. Os horários são bem definidos: para sair de Santiago os veículos costumam partir entre 4 e 6 horas da manhã. O retorno as 11 e 13 horas e, eventualmente, às 17. Aos domingos não há transporte público.

Para se chegar aos povoados que compõem o distrito, o acesso é ainda mais complicado. Durante os períodos de estiagem — de outubro a abril — é possível a utilização de automóveis, embora não haja linhas regulares. Já no restante do ano - ou no “inverno”, como os moradores chamam o longo período de chuvas — o acesso é bastante difícil, por vezes feito apenas por via fluvial, a pé ou no lombo de animais. Existe uma promessa antiga do poder municipal de construção de estradas vicinais ligando os povoados à estrada principal. Até março de 2006, somente algumas vias principais foram encascalhadas.

De um modo geral, a vida produtiva é estruturada em torno da pesca artesanal e da mariscagem, da agricultura de subsistência e das pequenas criações de animais. Na sede do município, a pesca é dominante, enquanto que nos povoados, pesca, mariscagem e agricultura têm peso mais equilibrado tanto nas ocupações quanto na geração de renda. Benefícios como aposentadoria e programas assistenciais como bolsa-família também contribuem significativamente para a complementação da renda. Além do pequeno comércio, gerenciado em contextos familiares, os empregos são muito raros, basicamente públicos, ocupados pelos professores, garis e agentes comunitários de saúde. No momento, um projeto da Secretária Estadual de Combate à Pobreza e à Desigualdade Social (SECOMP) vem implantando uma série de ações na região, com foco na pesca (fornecimento de redes e canoas de fibra), na agricultura (manejo da terra e apoio técnico) e na apicultura, o que deve trazer algum impacto sócio-econômico ainda não dimensionado.

Os povoados banhados pelo lagamar possuem características físicas semelhantes, combinando manguezal e áreas de plantio de dendê e de pastagem. Outros como Calolé, Caimbongo Velho e Opalma têm um perfil mais ligado à

agricultura e à pecuária. O povoado do Caimbongo Novo foi formado há cerca de oito anos, a partir do assentamento de agricultores oriundos do Movimento de Luta pela Terra (MLT). São Francisco do Paraguaçu é o povoado mais urbanizado e é onde se localiza o secular convento de Santo Antonio, construído em meados do século XVII. Alguns moradores de Santiago falam que São Francisco é a “casa-grande”, por ter melhor infra-estrutura e a população ser “mais branca”.

Excetuando o Caimbongo Novo, Opalma e a sede do distrito, os demais povoados foram reconhecidos pela Fundação Palmares e pelo INCRA, em junho de 2004, como sendo comunidades remanescentes de quilombo, com a titulação de posse das terras em processo. Outros benefícios de infra-estrutura já assinalados, como energia elétrica e estradas, são em parte conseqüências do movimento de mobilização dos quilombolas. O processo de luta pela terra ganhou impulso a partir do crescimento recente das políticas de ações afirmativas. Além do reconhecimento histórico da região, este processo vem promovendo efeitos “colaterais” interessantes, como a criação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e o aumento da visibilidade política dos povoados, até então, pouco assistidos em termos de políticas públicas.

Para entender melhor como vejo Santiago do Iguape hoje, farei um breve exercício de historicizar seu passado. Apresento alguns elementos sobre a sua história que possam auxiliar tanto na compreensão da atual organização sócio-econômica da região quanto no exercício de interpretação dos processos de significação político-culturais empreendidos pelos moradores.

2.1.2. UMA HISTÓRIA DE UM LUGAR

A antiga Freguesia do Iguape, como era conhecido o povoamento onde hoje, está assentada a atual sede do distrito, foi fundada por jesuítas por volta de 1560, sendo a freguesia mais antiga do Paraguaçu. Um ponto que desde o início do trabalho em Santiago chamou a atenção é o contraste entre o passado próspero e heróico de Cachoeira e a situação atual de dificuldades econômicas e de infra-estrutura, bastante visíveis, por exemplo, na má conservação do riquíssimo patrimônio arquitetônico. São estruturas físicas e simbólicas de uma organização

social, que ainda se reproduz em determinados espaços. Estas edificações demarcavam uma idéia de poder, prestígio e permanência.

Em 2006, não é difícil encontrar vestígios dos períodos colonial e imperial, a começar pelas duas maiores edificações da região: o Convento de Santo Antônio, em São Francisco do Paraguaçu, do século XVII; e a Matriz de Santiago do Iguape, construída durante o século XIX. Existem também, as ruínas de engenhos, capelas e portos nos povoados.

Diferente de Cachoeira, onde ao lado de grandes prédios públicos e igrejas existem residências seculares, no Iguape praticamente não restaram casas. A decadência econômica do século XX foi contundente, no sentido de promover grandes fluxos de migração para cidades maiores. Por sobre estas ruínas e edificações monumentais (engenhos, casarões e igrejas) é que a história contemporânea de Cachoeira e do Iguape foi construída.

No entanto, tal como pensava Benjamin (1994), a imagem da ruína aqui presente não é apenas a de fim ou extinção. Na visão do autor, uma ruína pode carregar, além das marcas da destruição, uma denúncia do mundo que as derrubou. Uma ruína também é uma memória viva, pronta para ser desvelada e posta em movimento. As atuais discussões em torno da questão quilombola trazem a possibilidade de pensar o passado da região quanto ao seu valor histórico e cultural⁶, além de mobilizar as recentes discussões sobre o direito à terra.

Investigando o passado colonial de Santiago, percebo que a região, entre os séculos XVII a XIX, foi um dos importantes pólos mundiais de produção de cana-de-açúcar. Em Cachoeira, o primeiro engenho foi construído onde hoje está situada a sede do município, logo após a fundação de Salvador. Logo depois, na segunda metade do século XVI, a região:

via florescer outras fábricas de açúcar; no futuro muitas delas ergueriam, nas proximidades, sobrados e igrejas monumentais, ou minúsculas capelas trabalhadas com os requintes de jóias lapidadas, sobretudo no lagamar do Iguape, perto da desembocadura do Paraguaçu na Bahia de todos os Santos. Ainda hoje, em cada curva de estrada do Iguape, irrompem restos de seu antigo esplendor, parte em edifícios razoavelmente conservados, parte em imensas

⁶ Atualmente, o projeto Cultura Viva, do Ministério da Cultura, tem envolvido jovens dos povoados na pesquisa e no registro dessa memória, a fim de prepará-los para um outro projeto de turismo social, denominado Rota da Liberdade.

massas de ruínas, como as do convento franciscano de Paraguaçu (ARAÚJO, 1986, p. 113-114).

O processo de mundialização da economia atingiu a região precocemente, já que as relações com o mercado internacional iniciaram-se há mais de quatro séculos. No período, muitos engenhos foram construídos, sendo possível encontrar referências bastante remotas à qualidade do açúcar do Iguape, como a de Luis Vilhena, que vivera na Bahia no fim do século XVIII (FEIJÓ, 2003, p.18-25). No entanto, a maior parte dos engenhos da região datam do século XIX, sendo que em todo o Recôncavo chegaram a totalizar 892 unidades, em 1872 (TAVARES, 2001, p.282).

Alguns dos fatores que fizeram do Vale do Iguape umas das principais regiões produtoras de açúcar do mundo não foram suficientes para assegurar a manutenção de sua força econômica. Seu solo, altamente fértil composto predominantemente por massapê, foi explorado até a exaustão.

A navegabilidade da Baía do Iguape foi um elemento facilitador para o escoamento da produção. Além disso, a força motriz das águas do Rio Paraguaçu servia para a movimentação dos engenhos, até que passou a receber a concorrência dos engenhos a vapor. Durante muito tempo, os proprietários resistiram à modernização de suas produções. Segundo Tavares (2001, p.282), dos 603 engenhos instalados na Bahia em 1834, apenas 46 utilizavam vapor d'água como energia. O aumento do número de engenhos no século XIX não foi acompanhado de melhoria na qualidade técnica da produção.

O pouco cuidado com a terra, que era tratada como uma espécie de “mina” — e como tal, tende ao esgotamento —, ressalta o sentido de propriedade da terra que predominava no Brasil, muitas vezes dissociado do sentido de cuidado, como ressalta Holanda (1995). A pouca preocupação em aplicar recursos em tecnologia também evidencia, de forma visível na região, a cultura de exploração implantada pelos portugueses, de extrair o máximo de riqueza possível com o mínimo de investimento.

Com a predominância da monocultura da cana, a região sofria de forma direta influências de oscilações da política e do mercado nacional e internacional. Episódios como as Guerras Napoleônicas e de Secessão, impulsionaram a alta dos preços do açúcar nacional pela escassez de produtos no mercado. De outro lado, a concorrência das Antilhas Holandesas e a transferência da capital federal para o Rio

de Janeiro, que deslocou o centro das decisões, contribuíram para as crises da exportação.

Apesar da exploração da terra na região envolver diferentes modalidades como a parceria, a terça e os dias trabalhados não-remunerados, no Iguape, a produção da cana-de-açúcar dependia quase exclusivamente do trabalho escravo. Sobretudo por isso, a região sofreu a influência direta de surtos de doenças entre escravos, de rebeliões e do crescente processo de restrições ao tráfico e ao uso de mão-de-obra escrava.

A mandioca e o fumo também foram muito plantados no Vale do Iguape, nas regiões de solo mais arenoso, especialmente na margem oposta a Santiago, onde hoje situa-se o município de Maragogipe; essas culturas constituíam-se em atividades de menor escala e prestígio social. A mão-de-obra escrava era empregada em menor escala e combinada com a de negros libertos e pequenos produtores.

Estas formas de exploração da terra contrastavam com a agricultura de maior escala e de mão-de-obra exclusivamente escrava, da região de Santiago do Iguape. A abolição da escravatura marca a decadência decisiva da cultura da cana-de-açúcar na região, acompanhada da venda ou do abandono de terras pelos senhores de engenho, enquanto que a região de Maragogipe conseguiu resistir, como mostra Feijó (2003, p.23):

Barickman plantea que la región del *Recôncavo* productora de tabaco pudo sobrevivir a la crisis definitiva de la economía azucarera en el siglo XIX, justamente debido a las características menos rígidas de las actividades que ahí se desarrollaron.

Na pesquisa de fontes bibliográficas sobre o Iguape do século XX, percebo que a região “desaparece” dos livros. Em visita ao Arquivo Público Regional de Cachoeira, pude perceber o contraste entre a pouca importância que Santiago do Iguape tem para o município hoje, e o valor político e econômico que o Iguape assumia no passado. Lendo alguns inventários, especialmente os dos séculos XVIII e XIX, um grande número diz respeito a eventos no Vale do Iguape e está povoado por nomes como o do Barão de Santiago, ou ainda por famílias centenárias como os Bulcão, os Calmon, os Novis, que ainda são donos de grandes propriedades ou, então, encontram-se “miscigenados” com os moradores locais. Por outro lado, na hemeroteca do Arquivo, pesquisando jornais mais recentes, como o “A Cachoeira”, é

possível constatar, no curso de quase um ano inteiro, a ausência de qualquer notícia sobre Santiago do Iguape.

A maioria dos povoados que compõem o distrito de Santiago estão justamente nos espaços onde, antes, localizavam-se os engenhos. Permaneceram e sobreviveram ao colapso da indústria do açúcar, que, na Bahia, não conseguiu absorver de forma consistente, a mão-de-obra livre após a abolição da escravatura. Se, hoje, os moradores desses povoados são reconhecidos como quilombolas, isso se deve não à condição de “negros fugidos” que caracteriza o conceito de quilombo, que aprendemos nos livros didáticos. O sentido de quilombo presente no Iguape tem a ver com a capacidade dos grupos de negros de resistirem e de ali se manterem⁷. Apesar das adversidades, enfrentaram o declínio de uma cultura criada em torno da monocultura de exportação, baseada no latifúndio e na exploração escravista e os demais infortúnios que estariam por vir.

A religiosidade é outro elemento de destaque em Cachoeira, com presença marcante do catolicismo, do candomblé e das combinações de ambos. Bastide (apud VELHO, 2004, p.146) lembra que, na Bahia e no Nordeste, a presença da Igreja foi mais forte enquanto instituição do que foi em outros lugares do país. Ao lado ou próximo das Igrejas existiam os mosteiros e os conventos de ordens religiosas, estando o poder dos clérigos bem menos diluídos do que em Minas Gerais, por exemplo, onde era grande o número de irmandades leigas administrando as igrejas.

O Convento de Santo Antonio, localizado no povoado de São Francisco, é um exemplo da força da Igreja Católica na região. Hoje, principalmente, é grande o contraste entre a suntuosidade do convento e a vida cotidiana da localidade. O historiador Fernando Fonseca (1973, p.5) se mostra admirado com a dimensão do empreendimento no século XVII:

Que força misteriosa moveu ou sensibilizou os custódios de São Francisco a construir, naquele ermo do Recôncavo, a monumental estrutura que continua desafiando as injúrias do tempo e o desleixo dos homens? Que invulgar inspiração sugeriu a construção de uma casa de ensino, noviciado, como foi, naquelas paragens tranqüilas, numa terra exuberante e bela, farta e boa? Que espírito cristão teve a idéia de construir um hospital naqueles confins? Que verdade existe para justificar o abandono em que ficaram aqueles espaços?

⁷ Atualmente, em contextos urbanos, é comum utilizar este conceito ampliado de quilombo para os terreiros de candomblé, por exemplo.

Este convento abrigava o noviciado oriundo de todo Nordeste, além de um hospital que atendia pacientes de epidemias de febre-amarela e cólera. Apesar do tamanho, a instituição nunca chegou a abrigar um número grande de religiosos e nunca figurou entre as mais importantes dentro da estrutura da igreja. Em meados do século XIX, foi proibida a admissão de noviços, e, gradativamente, o convento foi sendo esvaziado até seu fechamento definitivo no início de 1900, em avançado estado de degradação, acompanhando a decadência econômica do Recôncavo.



Figura 05: O convento de Santo Antonio do Paraguaçu

No século XX, a vida produtiva e social nesta região do Recôncavo foi modificando-se. Fábricas de charuto, olarias, a extração de areia do leito do Paraguaçu, a agricultura (milho, quiabo, mandioca, frutas) e a carpintaria naval movimentavam a economia local.

O rio Paraguaçu, o lagamar do Iguape e a Baía de Todos os Santos permaneceram como uma via central para o escoamento do comércio regional. As feiras localizadas na Cidade Baixa de Salvador eram os principais destinos dos produtos. Nas conversas com moradores mais antigos do Iguape, não é difícil encontrar antigos marinheiros. Só no Iguape, chegaram a existir quatro estaleiros, que empregavam de 40 a 50 pessoas e forneciam barcos para as cidades vizinhas. Essa indústria e o transporte fluvial e marítimo entraram em decadência com o

aumento da malha rodoviária nos anos 60 e a construção de estradas vicinais. Os anos 70 são um marco desse declínio. Marinalva Santos (2002, p.6) transcreve, num dos seus relatórios, uma conversa com Jarinho, ex-embarcadiço, comerciante e morador de Santiago:

Viajava para Salvador. O pai dele tinha barco. Geralmente, saíam uns 15 barcos do cais: às quartas, aos domingos e às terças; todos carregados de milho. Saíam às 5 horas da tarde. Quando eram 3 horas da madrugada, estavam lá. "Quando tinha vento, era mais rápido". Nesta época, se ganhava muito dinheiro.

Segundo ele, a estrada não foi vantagem, nem para Santiago, nem para Maragogipe. Não é o que pensa a maioria dos jovens, que sonham com o asfaltamento do acesso ao Iguape.

Ainda durante o século XX, os engenhos, mesmo após o fim do ciclo da cana-de-açúcar, ainda foram fontes de trabalho para uma parte da população. O beneficiamento da cana acontecia de forma mais artesanal, como no Calembá, onde funcionou um engenho até o final da década de 1940 e, também, automatizada, num dos povoados, onde foi implantada uma grande indústria nos anos 50.

Na década de 60, esta indústria foi transformada em unidade de beneficiamento do dendê, a Opalma⁸. Quase todo o canavial foi substituído por dendezeiros. Foi um período considerado de grande prosperidade, segundo relatos dos moradores mais antigos. Falam de mais de 1 500 postos de trabalho ocupados, em sua maioria, por moradores do Vale do Iguape. Em meados da década de 80, o atual dono das terras, inclusive de parte do território onde vivem os quilombolas, vendeu os equipamentos da indústria, derrubou quase todo dendezal e voltou a produzir cana. Tota, morador do Calembá, relembra como foi esse período:

Oswaldo Luz foi o primeiro que comprou. Primeiro comprou o Calolé, depois comprou a usina Acutinga, pra moer cana. Aí ele foi comprando, foi comprando, foi comprando. Aí ele [Jarbas, atual proprietário das terras] chegou e virou pra plantio de dendê. ... Aí Jarbas comprou, coberto de dendê. O primeiro dendê que Jarbas picou a mão, foi o plantio lá do porto, tava tudo novo, cacheado. Arrancou e plantou tudo cana. Depois foi o Calolé ... era tudo assim dendê. Tirou a fábrica levou pra Taperoá tornou trazer.... Agora não sei como aconteceu um negócio desse. Tempo de safra assim, o dinheiro era certo,

⁸ Opalma é o nome da empresa Óleos de Palma Agroindustrial, que produzia azeite e beneficiava derivados do dendê. O povoado onde funcionava a usina, hoje é conhecido como Opalma.

tempo de safra nosso dinheiro não atrasava. Quando tinha muito dendê, ajudava Taperoá ... Já tava fazendo sabão e tudo aqui.

A usina, quando foi fechada, indenizou poucas pessoas e mesmo assim de forma gradativa. O proprietário, inicialmente, propôs que os recém-demitidos trabalhassem com a cana-de-açúcar, mas os trabalhadores afirmaram que só aceitariam se fossem indenizados. Diante do impasse com questões trabalhistas, a empresa optou por trazer trabalhadores de outras regiões e levar toda a produção de cana para ser beneficiada em outras unidades de processamento, deixando quase todos os ex-trabalhadores sem ocupação.

Esse foi mais um grande revés para a economia da região, que demandou mais uma vez a reestruturação da vida local. Muitos trabalhadores migraram para Salvador, e quem permaneceu encontrou na pesca ou na pequena agricultura algumas das poucas alternativas de sobrevivência.

Biriba, morador do Calembá, não compreende o porquê do fim da fábrica do dendê: *“Se fosse dendê era mais fácil, tinha mais lucro, dava pra ele [o dono da propriedade] e dava pra gente que somos moradores dali”*.

Jarinho relata que, no auge da Opalma, o comércio de Santiago teve lojas, tecidos, farmácias, açougues, funerárias, armarinhos e lamenta que tudo que havia em Santiago, a exemplo do milho, agora tem que se comprar fora. *“Isso é o progresso?”*, pergunta (apud SANTOS, M.B., 2002, p.6).

Nas conversas com os grupos locais, desde o primeiro contato é perceptível a nostalgia de um passado “glorioso”, por vezes meio mítico, que passou pelas decadências da cana-de-açúcar, da agricultura de média escala (frutas, quiabo, mandioca), do dendê e, atualmente, vive a crise da pesca. Esta última atividade foi historicamente se constituindo como forma principal para a sobrevivência na região, tanto para adultos quanto para os mais jovens, muito mais pela falta de alternativas do que propriamente pela sua maior viabilidade econômica. O crescimento da atividade pesqueira se desenvolveu em duas grandes frentes: a pescaria, feita com canoas e redes pelos homens, e a mariscagem, realizada pelas mulheres.

A nostalgia também se estende para as manifestações culturais, que segundo os relatos locais estariam em declínio. Jarinho fala desse período próspero,

também: *“Uma festa em Santiago levava oito dias direto, com um bocado de filarmônicas tocando. Todo mundo tinha dinheiro”* (SANTOS, M.B., 2002, p. 8).

No entanto, para quem chega de fora, ainda parece abundante o número de atividades artísticas para um espaço geográfico relativamente reduzido. São manifestações tradicionais como os sambas de roda, os carurus, serestas, quadrilhas e, também, outras mais recentes como a dança-afro, os grupos de teatro, o grupo mix-dance, que trabalha com ritmos contemporâneos, misturando forró, arrocha, samba-reggae, pagode, etc.

2.1.3. ALGUMAS TENSÕES ENTRE GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A relação paradoxal, de proximidade e distância, que Santiago tem em relação aos grandes centros urbanos, permite um interessante tensionamento com alguns conceitos contemporâneos, como globalização e localização. Autores como Bauman (2000) e Benko (1993) alertam para o risco de uma discussão que dissocie ou hipertrofie um dos pares da tensão global-local.

Esta relação, mais do que nunca, se torna indissociável, como aponta Milton Santos (2002, 1996a, 1996b). Ao falar de globalização, o autor defendia que, pela primeira vez na história, a sociedade contemporânea oferecia a possibilidade de ser apreendida globalmente. A universalidade, que antes só podia se dar teoricamente, passa a ser uma realidade empírica com a expansão de uma base técnica mundial, especialmente nos campos do transporte, da comunicação e da informação. Um lugar geograficamente remoto, muitas vezes se torna mais familiar aos nossos olhos do que uma comunidade localizada a poucos metros de nossa casa. Centros e periferias misturam-se e deslocam-se muito mais rapidamente.

Uma grande questão na discussão sobre globalização é o cuidado em não reduzi-la às movimentações de instituições transnacionais, mercados e fluxos de capital.

Milton Santos (1996a, p.32), ao discutir os processos de globalização, prioriza a análise do meio técnico-científico, sem, no entanto, excluir questões como

imaginário, representação e subjetividade. Para isso, ele utiliza dois conceitos de mútua determinação: tecnoesfera e psicofera. O primeiro seria o resultado da crescente substituição da esfera natural pela técnica. Como exemplo de meio técnico-científico como tecnosfera, ele cita a globalização do campo (agronegócios, transgênicos). Já a psicofera seria “o resultado das crenças, desejo, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o universo”.

A história da região do Iguape poderia servir de mote para uma discussão sobre a globalização, como algo que envolve desde a história mais recente das técnicas até o processo do desenvolvimento político e econômico do capitalismo, em suas diversas fases.

Do mercantilismo ao industrialismo, do escravismo à sociedade de classes, da Revolução Industrial à revolução informacional, cada uma destas transições históricas podem ser localizadas na “vida” do Iguape, e são significativas se pensadas, também, como etapas do processo de globalização do Iguape.

Apesar da história do capitalismo ser marcada por um projeto de internacionalização, para alguns autores (NEGRI, 2004; BAUMAN, 2000), apenas contemporaneamente a conjunção entre poder político e econômico “caminha” para a substituição do conflito entre as potências imperiais pela noção de um poder único acima delas, numa configuração supranacional. Os sistemas políticos amalgamados às corporações transnacionais dariam o tom do processo de globalização hegemônico e excludente, que Milton Santos denomina globalitarismo. Para Frederic Jameson (2004), a forma que a globalização assume, hoje, não implica o fim das relações capitalistas nem das classes sociais.

Lênin, em “Imperialism: the Highest Stage of Capitalism” (apud NEGRI, 2004, p. 249-250), já apontava a tendência do capital monopolista desenvolver-se a tal ponto que atingiria uma unificação econômica e política do mercado mundial. Marx já apontava essa tendência de mundialização do capital:

A tendência para criar o *mercado mundial* existe imediatamente na noção de capital. Qualquer limite lhe aparece como um obstáculo a vencer. Começará por submeter cada elemento da produção de valores de uso imediato que não entram na troca (MESZARÓS, 2004).

Negri (2004, p.29) discute a idéia de globalização a partir do seu conceito de Império, que se refere a um sistema-mundo marcado pela perspectiva de

derrubada de fronteiras, e por se apresentar como uma “ordem” e não como uma conquista histórica. O Império, tal qual os antigos impérios Romano e Persa, apresenta “sua ordem como algo permanente, eterno e necessário” e seria uma metamorfose, ou melhor, uma resposta empreendida pela sociedade capitalista frente à luta de classes.

Apesar de reconhecer a potência do capital globalizante, o autor alerta que “a globalização não é uma coisa única, e os múltiplos processos que chamamos de globalização, não unificados ou unívocos” (Negri, 2004, p.15) e antevê muitas possibilidades de transformação no corpo do Império. Tal qual Marx, que identificava na sociedade capitalista maiores possibilidades de emancipação do que nas hierarquias feudais mais rígidas que a precederam, Negri pontua que o estágio de Império traria maior potência para a construção de uma nova ordem mundial contra-hegemônica do que diversos regimes de poder instituídos pelo capitalismo da modernidade.

Nos séculos XVII e XVIII, o Vale do Iguape apresentava um razoável desenvolvimento tecnológico para a produção de açúcar, o que permitia uma relação privilegiada com o capitalismo internacional. Décadas depois, o fim do século XIX é marcado pela perda da importância econômica de determinadas localidades do Iguape, até mesmo no cenário regional. Este fato fez com que alguns povoados quase que “hibernassem” no tempo. Houve uma retração na população em povoados como Calembá, Engenho da Praia e Engenho da Ponte, e quem permaneceu passou a viver de forma bastante distanciada dos centros urbanos. Num nível técnico, os moradores destes povoados sobrevivem em grande parte de uma relação de pouca artificialização da natureza, em atividades como a coleta de mariscos, a pesca artesanal e o extrativismo do dendê.

No Iguape, o “abandono” da região no pós-escravismo aconteceu conectado a uma política econômica global e acentuou um processo de “localização” nos povoados.

É importante destacar este movimento dialógico entre globalização e localização, uma vez que muitas vezes o local é identificado como tradicional, natural ou a-histórico. Na visão de Negri (2004, p.64), o local estaria mais ligado “a barreiras e a fronteiras de reterritorialização, e o momento global privilegia a mobilidade de fluxos desterritorializantes”.

Milton Santos (2002, p.13) também dedica uma ênfase especial ao local e ao que denomina “espaços banais”. Na sua concepção, a dinâmica do território acontece simultaneamente entre horizontalidades (domínios da contigüidade, lugares vizinhos numa determinada extensão territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes e ligados por outros processos sociais). O espaço banal, o “espaço de todos”, se contrapõe em certo sentido aos nós hegemônicos, às verticalidades, que costumam ser espaços apenas de alguns.

Observar o cotidiano das comunidades quilombolas me estimulava a pensar os contrastes entre a tendência cada vez maior à aceleração dos ritmos de vida e as temporalidades dos habitantes do local. Milton Santos (1996a) defendia “o direito à lentidão”, ou seja, o reconhecimento da legitimidade e da positividade de modos de vida periféricos à ordem capitalista. Boaventura de Sousa Santos (2001) também defende uma “ecologia entre temporalidades”, em oposição a um tempo hegemônico e linear.

No entanto, a tensão que se instala é que a “lentidão” e as temporalidades não-hegemônicas não são apenas diferentes, mas, também, desiguais no seu diálogo com as temporalidades dominantes.

No meu trabalho de extensão e de pesquisa, muitas vezes percebia claramente o descompasso entre o meu tempo (viagens possíveis apenas nos fins de semana, reuniões com horários específicos), o da universidade e das entidades financiadoras do Projeto Paraguaçu e o dos moradores do Iguape. Durante os anos de atividade, em diferentes momentos, cada uma das três temporalidades tinha que se reconfigurar, sob pena de inviabilizar ações conjuntas.

Como já fora dito, os efeitos do processo de globalização não se dão uniformemente. Apesar de nas comunidades quilombolas do Iguape a energia elétrica ser uma conquista muito recente, determinadas pessoas já possuíam celulares, que eram levados semanalmente a Santiago para recarregar. Lembro de Cazuzza, morador do Caonge, saindo de cavalo com celulares na mochila para carregá-los. As pessoas se esforçavam para carregar baterias de automóveis para assistirem uma novela, eventualmente, ou tocar teclado, como fazia Marquinho, morador do Engenho da Ponte.

Técnicas e tecnologias não são, de modo algum, neutras. Elas definem modos e relações de produção. As técnicas têm idades diferentes e o seu grau de “envelhecimento” determina a rentabilidade dos modos de produção; até mesmo o

status de um lugar depende do status da técnica. Dentro da lógica da globalização, muitas vezes técnicas antigas passam a ser valorizadas e consumidas, como no caso da agricultura orgânica, do mercado de artesanato e de móveis rústicos, do interesse crescente pelo rural, visto como saudável, bucólico. Nesse sentido é irônico; como afirma Harvey (1996, p.273), que uma “tradição é agora preservada com freqüência ao ser mercadificada e comercializada como tal”.



Figura 06: Marquinhos e seu teclado à bateria, Engenho da Ponte

Se pensarmos que as tecnologias da informação são uma das grandes responsáveis pela manutenção do sistema técnico mundial, amparando outras técnicas, como as de circulação e de produção, Santiago pode ser facilmente “confirmada” como lugar periférico no mundo contemporâneo. O desafio de trabalhar num contexto como o dos povoados quilombolas é produzir outros sentidos em comunidades que são freqüentemente tratadas, de forma generalizada, como marginais.

A chegada da energia elétrica já mobiliza novos desejos de consumo e alguns moradores já se assustaram com as primeiras contas de luz. Um morador disse que o bom de morar longe é que a COELBA⁹ dificilmente virá cortar a energia em caso de não pagamento. A possibilidade da construção de estradas nos

⁹ COELBA é a empresa responsável pelo fornecimento de energia no estado da Bahia.

povoados deve contribuir para a aceleração do fluxo de saída e entrada de pessoas, bens e serviços nos povoados.

A presença da televisão em maior escala também é algo ainda com conseqüências só avaliáveis daqui a algum tempo. Não que haja uma assimilação passiva de valores, objetos e idéias veiculadas pela mídia, mas é fato que existe um jogo desigual entre lógicas externas e a organização interna, que durante muito tempo esteve bastante isolada de processos tecnológicos, culturais e sociais, que já são muito comuns em outros espaços. Conflitos podem ocorrer entre exigências de expansão de redes de comunicação e circulação mais fluidas e os hábitos locais.

A capacidade que os grupos locais terão de dialogar com novas formas tecnológicas e culturais que se anunciam, dependerá, em parte, da criação de condições de acumular e tratar essas informações para criar formas de relações sociais com um mundo que muitas vezes parecia tão distante.

Do ponto de vista teórico, proponho discutir o “risco” que se anuncia de Santiago, ao se abrir para o mundo, mais uma vez se tornar periferia, dialogando com abordagens econômicas, sociológicas e outras de orientação compreensiva.

Nesse caso, quando se faz uma leitura de processos sociais incluindo uma análise cultural, termos como periferia, carência, precariedade e pobreza tornam-se mais complexos.

2.1.4. “PRECARIEDADE” E RESISTÊNCIAS

Bourdieu pontua que o mundo vive, hoje, um processo de expansão da condição de “precariedade” tanto na esfera pública quanto na privada, em países periféricos e centrais. Para ele:

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo, coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (1998, p.120).

É interessante que nas comunidades do Iguape a discussão sobre a expansão da precariedade, nos termos colocados por Bourdieu, exige algum

cuidado. Nos povoados, a grande maioria das pessoas nunca adentrou o universo do “emprego”. O próprio “Estado de bem-estar social”, que Bourdieu demonstra estar profundamente abalado, sempre foi uma realidade remota no Iguape. Lá é o *welfare state* que sempre viveu o estágio de “precariedade”.

Aparentemente, há uma relativa horizontalidade nas posições sociais da maioria da população, sem os grandes desníveis de renda que observamos, por exemplo, em Salvador. Os ricos não vivem lá, e seriam quatro ou cinco donos das fazendas.

Bourdieu identifica na horizontalização excessiva das condições de vida um fato que diminui as possibilidades de transformação, o que pode ser identificado na vida dos raríssimos moradores do Iguape que trabalham na cana-de-açúcar e dos pescadores que não são proprietários dos seus instrumentos de pesca. Eles afirmam que se sentem vigiados quando se arvoram a aderir a órgãos de classe, como sindicatos ou colônia de pesca. O autor sustenta a idéia de que a mobilização é muito difícil em condição de precariedade, fazendo o trabalhador se submeter mais facilmente a situações de exploração severa.

É comum ouvir de moradores de Santiago que a região “não tem muito futuro”. As políticas públicas no Iguape são movimentadas, quase sempre, apenas nos períodos eleitorais, quando a desmobilização, não raras vezes, dá lugar a um envolvimento em busca de resultados imediatos.

A recente mobilização dos pequenos povoados reconhecidos como quilombolas, que vivem uma condição até de maior horizontalidade econômica que os próprios moradores da sede do distrito, seria, no mínimo, uma exceção à visão de Bourdieu citada anteriormente, mostrando que da precariedade também nascem resistências.

No entanto, a aparência de que existe uma grande uniformidade de posições econômicas, quando vista mais de perto, apresenta inúmeras sutilezas. Justamente porque a maioria das atividades de trabalho são muito semelhantes, a idade e o número de filhos produzem diferenças significativas na renda familiar. Ter um aposentado, um professor ou um filho trabalhando na capital muda bastante a aparente horizontalidade entre as famílias.

A emergência da “questão quilombola”, por mais que tenha se iniciado a partir da luta pela terra, produziu na população dos povoados uma forte identificação em torno da origem histórica comum de descendentes e sobreviventes da

escravidão. Essa identificação tem tornado-os mais coesos para um enfrentamento da condição de exclusão econômica, política e cultural que vivenciam, até mesmo no interior do distrito. Questões históricas e culturais aparecem coladas a outras de natureza fundiária e social.

O Conselho Quilombola tem um funcionamento muito menos centralizador do que a maioria das associações do Iguape. Da sua estrutura não participam membros de prefeitura, de secretarias estaduais, de ONGs e da universidade, o que não impede o diálogo e a luta pela responsabilização de cada uma destas instituições, no intuito de construir coletivamente políticas públicas. O INCRA, a Fundação Palmares e a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) têm sido acionados e tentam responder às reivindicações locais. Outras ONGs, como a CJP (Comissão de Justiça e Paz) e a FUNDIPESCA, têm contribuído com a discussão e a sistematização das demandas da população. Neste processo, questões até então “subterrâneas” começam a emergir, como as de gênero e a do direito ao acesso à informática, mostrando que, num processo de luta social, a desocultação de desigualdades e opressões é dinâmica e infundável.

Atualmente, as ações da grande diversidade de movimentos sociais existentes no país trazem uma amplitude de reivindicações pautadas em novas causas políticas, econômicas e culturais, muitas das quais ainda não conseguimos nomear ou compreender completamente. Alguns destes movimentos são ligados a resultados mais imediatos, desconectados de uma proposição de projeto histórico-político, que caracterizou muitos movimentos classistas. Outros, como os de cunho ambiental, propõem mais do que uma alternativa para o desenvolvimento econômico, um questionamento do próprio conceito de desenvolvimento (SOUSA SANTOS, 2002).

Para Janine Ribeiro (2000), a maioria dos movimentos sociais contemporâneos foca seus objetivos muito mais no “ponto de partida” de suas lutas do que no de chegada, como foram muitas das grandes mobilizações sociais do século XX. A energia da política atual viria, sobretudo, desses movimentos sociais e da indignação ética (violência, corrupção, consumidor, ecologia) com foco maior em relações novas, mais experimentais, mais grupais e menos totalizáveis.

Sousa Santos (2001, p.2) fala da oportunidade ímpar, de num mundo em ebulição, de produzir uma “sociologia das ausências”, cunhada em múltiplas racionalidades, ou como ele mesmo denomina, numa “razão cosmopolita”. Para ele,

“a experiência social em todo o mundo é muito maior e muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental considera importante”. Os séculos de exclusão de experiências, temporalidades e saberes seculares ou emergentes contribuiriam para a exaustão da racionalidade hegemônica, que se reflete, também, na dificuldade de se produzir uma teoria crítica que dê conta do nosso tempo. Discursos como os do fim da história ou a emergência de utopias regressivas de cunho político ou religioso também seriam frutos dessa exaustão, que na impossibilidade de pensar em alternativas para o presente, se refugiariam em propostas escatológicas ou de um retorno ao passado.

Octávio Ianni é outro autor que reconhece o caráter complexo do globalismo, ao mesmo tempo fragmentador e integrador de lugares e histórias. Seria tanto provocador de conflitos e guerras quanto mobilizador de movimentos sociais, que muitas vezes transcendem fronteiras locais ou nacionais. O movimento dos quilombolas no Iguape tem um caráter híbrido; não é uma associação de moradores ou de trabalhadores, nem é um grupo cultural, ao mesmo tempo em que é um pouco de cada. Sua agenda de reivindicações tenta dar conta de uma noção de cidadania com um sentido mais amplo, que vá além do sentido jurídico e moral que é dominante.

Apesar de todas as dificuldades de acesso e transporte já relatadas, os moradores das comunidades quilombolas têm participado de seminários e intercâmbios com comunidades e o movimento negro de vários pontos do estado e do país.

Nas suas últimas obras, Milton Santos (1996a, p.45) se mostrava muito otimista em relação à força dos movimentos locais. Para o autor, o lugar é “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições” e tem na cooperação e no conflito a base da vida em comum. Contigüidade, atrito, comunhão seriam forças de resistência contra a desterritorialização do capital.

No processo de luta pela terra, os quilombolas acionaram o Ministério Público Federal para impedir o corte de pés de dendê na área que está em negociação com o INCRA. Um grande número de pessoas se dirigiu a Salvador a fim de denunciar a situação e conseguiram, de imediato, a interrupção da derrubada do dendezal.

Este é só o mais recente processo de conflito fundiário na região, que mostra o quanto o campo é um lugar tenso no Brasil.

2.1.5. O CAMPO EM MOVIMENTO

Durante o século XX, a força da lógica urbano-industrial acentuou a hegemonia da cidade sobre o campo brasileiro. A divisão entre urbano e rural alimentava a idéia de hierarquia e não de complementariedade, como se um pudesse prescindir do outro.

No mundo pós-Revolução Industrial ocorre, em boa parte do mundo, uma inversão quantitativa entre a população rural e a urbana. No Brasil, esse movimento demorou mais tempo para ocorrer e se deu num intervalo muito mais curto do que na Europa. Fernandes (2004, p.28) mostra que o grande fluxo aconteceu entre 1960 e 1980, quando 30 milhões de brasileiros se deslocaram do campo para a cidade.

No país, ao lado de fluxo populacional, há um movimento de concentração tanto de propriedades quanto de renda no campo. Fernandes aponta que o avanço do capitalismo nos espaços rurais (agronegócio, monocultura exportadora de novos produtos) se deu concomitantemente à retração da agricultura familiar voltada para a subsistência e a comercialização local. Nesse contexto, acentua-se um desenvolvimento desigual de regiões do país, num processo excludente de expulsão dos trabalhadores do campo e, ainda, de uma complexa coexistência de relações de produção tanto modernizadas quanto arcaicas.

A partir dos anos 60 e 70, a crise de acumulação capitalista também atingiu o campo e gerou movimentos antagônicos. O processo crescente de capitalização de áreas rurais forçou o surgimento ou a reestruturação de movimentos sociais de resistência, que revigoraram a batalha histórica por direito à terra no Brasil.

Em Santiago, por exemplo, a década de 80 foi de intensa migração para Salvador, em função da concentração fundiária e, mais tarde, em virtude do fim da agroindústria do dendê. Foi uma década em que os movimentos populares do campo ganharam força envolvendo as CEBs (comunidades eclesiais de base), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST, confrontando entidades ligadas ao patronato rural como a UDR (União Democrática Ruralista) e as bancadas ruralistas no Congresso, que aglutinam tanto tradicionais oligarquias quanto os grandes lobistas do agronegócio.

Milton Santos (2003), embora reconhecendo que a urbanização acelerada do país e a modernização do campo empurrou (e empurra) o homem para a cidade, via com reservas um modelo que antevêja na reforma agrária a saída para o país.

A reforma agrária também é um fator de modernização, então ela vai acelerar uma série de outros processos modernizadores que levarão à sua desagregação também [...]. A tendência da agricultura é rapidamente se mecanizar, se capitalizar. O campo aceita mais rapidamente o capital novo do que a cidade. O campo é mais receptivo, permeável ao grande capital, então rapidamente as famílias vão se estabelecer e vão descobrir que não têm muita chance.

Com isso, o autor não rejeita a importância de movimentos como MST, por exemplo, como veículo de circulação de uma indignação nacional. No entanto, Milton Santos acredita que, por vezes, a dimensão utópica do MST ganhe tanto impulso pelo fato do país não conseguir elaborar um outro modelo de desenvolvimento para o urbano.

Além das questões que Milton Santos levanta sobre o modelo de desenvolvimento nacional proposto pelo MST, outros autores, como Navarro (2002), criticam a excessiva centralização e controle social impostos pelo movimento. Não obstante algumas críticas feitas ao movimento, um aspecto bastante relevante a ser destacado na ação do MST é que, na maioria dos municípios onde se instalou, uma nova agenda política para estes territórios foi instalada. A pauta proposta por acampados e assentados vai desde o enfrentamento da máquina política, que tradicionalmente guia as eleições no interior do país, até a luta incessante pelo direito à educação e pela valorização da produção local, que são conquistas que extrapolam em muito a questão rural.

Em Santiago, a questão fundiária também é central para se pensar o presente e o futuro da região. O passado colonial ainda é uma presença viva em diversos sentidos. A monocultura da cana, o assentamento do Caimbongo, a luta das comunidades quilombolas pela posse da terra e as dificuldades dos que vivem na porção “urbana” da sede do distrito em complementar suas rendas com um pequeno pedaço de terra, ilustram que esse é um assunto fundamental para se pensar a localidade.

Dona Benícia, moradora da Imbiara, lembra que a área onde mora foi dividida, há muitos anos atrás, pelo “proprietário”, Seu Adi. *“Muitos foram botados pra fora ... e eu mesma recebi apenas o quintal”*.

Seu Antonio, também da Imbiara, é neto do antigo administrador da fazenda de Seu Adi. Conta que as pessoas trabalhavam como “rendeiros”, ou seja, cada um dava um dia de trabalho da semana para o proprietário. Relembra que:

Com ele aqui [Seu Adi], ninguém plantava um pé de banana, um pé de coco, não fazia uma casa de telha, nada disso (...) ele não deixava e passava ordem pra meu avô que não deixasse ninguém plantar (...) aí com isso, a pessoa viver num lugar que a plantação tá fraca, que as coisas tão difícil, dinheiro difícil, sem plantar nada disso pra ajudar, as pessoas foram indo embora.

No período, houve também conflito de terra com armas. Algum tempo depois, Seu Adi vendeu as terras para o atual dono, Osvaldo Luz, trazendo algumas mudanças, como a distribuição de uma pequena parte das terras:

melhorou um pouco, que ele pagou (...). Não foi o que a gente tinha direito, mas ele deu um pedaço de terra pra cada. Não foi o que a gente tinha direito, a gente tinha até mais do que isso. A gente foi criado na lama, que não tinha estrada nem nada.

Jarinho, também recorda desse período de conflitos:

Todo mundo tinha seu pedaço de terra. Osvaldo Luz veio e passou pé em tudo. O povo foi perdendo e acabaram indo para Salvador. Engenho Imbiara, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Calembá ... tinha tantas casas; hoje tem uma aqui e outra longe, no fim do mundo. Engenho da Praia tinha até igreja! Osvaldo Luz foi comprando as terras e o povo foi tudo embora.

Estas dificuldades marcam o declínio do Iguape como um importante ponto de abastecimento de produtos agrícolas no Recôncavo, na segunda metade do século XX. A região enfrentou um grande retraimento de áreas disponíveis para a produção agrícola. Nos 70 e 80, a publicização do direito à terra depois de determinado tempo de ocupação, conhecido como “uso capião”, fez com que os fazendeiros locais se tornassem mais cautelosos com a utilização de seus territórios por agricultores rendeiros. Isso se refletiu num processo de “expulsão” gradativa da terra. Dentre os moradores da sede do distrito, são poucos os que ainda têm alguma terra ou que trabalham na propriedade de outrem, o que configurou a pesca como alternativa central para a sobrevivência.

Antes dessa saída forçada das terras cultiváveis, muitos moradores da sede do distrito trabalhavam na roça e tinham um território muito mais amplo para garantirem sua sobrevivência. No momento, alguns aposentados da sede têm se

mobilizado para discutir a invasão de uma fazenda ociosa, após perceberem as conquistas dos quilombolas.

Um exemplo de conflito de terras ocorreu no final dos anos 90. Uma fazenda no povoado do Caimbongo foi ocupada por integrantes do MLT, vindos de diferentes regiões, incluindo o próprio vale do Iguape. Conquistaram a posse da terra, algum apoio financeiro e técnico do INCRA, mas no campo político-organizativo o assentamento enfrenta sérios problemas. O acesso era bastante difícil até 2003, quando foi construído o calçamento do acesso que liga Santiago ao Caimbongo. Até então não era possível a entrada de veículos, à exceção de tratores e carros de boi, que até hoje são utilizados. Além do acesso, outro problema é em relação à área cultivável, uma vez que uma parte dela é protegida como área de preservação ambiental, o que já gerou atritos com o IBAMA. Hoje, já existe uma escola e o acesso de carro é possível até o início do assentamento, o que permite uma circulação mais fácil.

Para os moradores de Santiago, o sentimento inicial em relação aos assentados era de certa desconfiança e até de resistência, pois criticavam o fato de pessoas de fora conquistarem direito a terra, enquanto os moradores antigos não podiam mais plantar. Hoje, a relação é um pouco mais cordial, até porque algumas pessoas que plantam no assentamento são do Iguape, além do que os assentados alimentam o comércio local com alguns produtos.

O processo de reconhecimento das comunidades dos povoados do Vale do Iguape como quilombolas, como já fora dito, é só mais um episódio de luta pela posse da terra. Nos primeiros anos de convivência com o Projeto Paraguaçu, nenhum programa ou proposta de política pública para o campo foi implantado na região. Atualmente, existe um projeto da SECOMP em funcionamento com focos no aparelhamento dos pescadores, no apoio técnico à agricultura familiar e à apicultura. No entanto, esta iniciativa não integra uma política pública estratégica para o desenvolvimento municipal, tanto que o projeto foi construído sem qualquer participação da prefeitura no ano de 2003.

O êxodo dos moradores para as cidades grandes acontece com frequência, apesar da decisão de migrar não ser fácil dentro da família. De um lado, consideram as várias histórias de insucesso, como no caso de jovens que se envolveram com a criminalidade. De outro, reconhecem que ter um parente assalariado vivendo fora é um importante apoio no orçamento doméstico e, às

vezes, condição para que o restante da família permaneça no Vale do Iguape. Dentre as pessoas mais velhas que vivem em Santiago, existem muitos que retornaram à terra natal depois da aposentadoria e também reforçam a renda local. Ir para uma cidade maior ainda é uma alternativa para muitos jovens que não se envolveram diretamente com a pesca ou a agricultura, já que, além destas atividades, há pouquíssimas possibilidades de trabalho.

Em meio a estas tensões, alguns movimentos sociais rurais lutam por restituir ao campo um lugar próprio, propondo um modelo de desenvolvimento que confronte a visão hegemônica que identifica cidade com progresso. Defendem que o campo é um lugar onde se pode morar, trabalhar e estudar com dignidade, além de ser o espaço onde quilombolas, nações indígenas e camponeses de mais diversas origens construíram suas histórias. Eles põem em pauta algumas das inúmeras contradições do modo de produção capitalista: geração de desigualdades de recursos e de poder, exploração irracional dos recursos naturais e destruição de formas mais humanas de socialidade, através do imperativo da concorrência. Como apresenta Sousa Santos (2002, p.54), algumas organizações põem em causa a própria idéia de desenvolvimento, quase sempre ligada à de crescimento econômico. Na visão do autor, aprofundar esta questão pode contribuir para garantir ao rural um espaço muito mais integrado e respeitável do que tem hoje na discussão sobre um projeto de sociedade.

2.1.6. PROBLEMATIZANDO AS FRONTEIRAS ENTRE O RURAL E O URBANO

Carneiro (2005b, p.7) fala que, paradoxalmente, o interesse pela temática rural é revigorado “justamente quando somos confrontados com um conjunto de mudanças que dilui ou torna menos nítido o que, até então, era aceito como específico do espaço rural (centralidade na atividade agrícola, isolamento geográfico e cultural, fraca mobilidade, entre outros)”.

No momento da pesquisa em que começava a envolver-me mais diretamente com a reflexão sobre as especificidades do rural, fui “presenteado” com

uma aula da professora Juvany, da Escola Cosme e Damião, no Caonge. Neste encontro, a professora leu para a turma o seguinte texto de sua autoria:

A nossa região é diferente da cidade, onde existe água cuidada, energia, prédios, hospitais, fábricas e entre outras coisas. Na zona rural, no caso na nossa região, Caonge, Calembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Dendê, Imbiara, Calolé, comunidades difícil, não tem nada que tem na cidade. Onde as pessoas sobrevivem do azeite, da pesca, da lavoura, sufocando-se nas estradas no inverno para transportar suas mercadorias. As paisagens são ótimas. Viajamos nos verdes das matas, das árvores e dos canais ao nosso redor. Mas temos dificuldade em tudo: nas moradias, que são casas de madeira, de taipa ou de barro; na compra de alimentos, temos que ir nas cidades de Cachoeira ou Santo Amaro, para vender ou comprar, ou em Santiago, que é município dessas comunidades, comunidades essas que estão hoje destacadas como quilombolas.

O texto de Juvany aborda diversos elementos que compõem a visão comum que temos sobre a cisão entre campo e cidade. Santiago do Iguape, apesar de ser um distrito rural, parece uma cidade para quem vive nos povoados, tal as dificuldades de se chegar à Cachoeira. É interessante como Juvany vê sua região. Apesar das “paisagens serem ótimas”, na maior parte do seu texto ela se refere às diferenças e, mais especificamente, às inúmeras “carências” que o Vale do Iguape apresenta em relação à cidade. Em Santiago, e mais especificamente nas comunidades quilombolas, o rural é marcado pela distância técnica e dificuldade de acesso a alguns bens materiais e por serviços que são comuns nos contextos urbanos (acesso ao comércio, hospitais, casas de bloco, energia, água tratada etc.), produzindo uma clara hierarquia cidade-campo.

Referir-se à capital como algo distante é comum nos moradores mais antigos. É comum se falar da “Bahia” para se referir a Salvador, como diz Seu Aurélio, 90 anos: “*toda vez que vou pra Bahia, eu fico doente*”. Essa forma de falar, por mais que tenha sido comum no passado, ainda denota o distanciamento, que se configura na relação espaço-tempo entre o Iguape e a capital — apesar de estar a apenas 110 km de Salvador, algumas vezes pode-se levar até quatro ou cinco horas para se vencer o percurso.

Nos moradores mais jovens, a distância muitas vezes aparece travestida de preconceito. No Colégio Estadual de Cachoeira, localizado na sede do município, e onde até 2003 os jovens do Santiago cursavam o Ensino Médio, os estudantes

iguapenses eram conhecidos como “povo da lama”, como contam os ex-alunos Germano e Tiago. Essa alcunha, nada elogiosa, era utilizada não apenas porque vinham de uma região de massapé e mangue, mas, sobretudo, porque no período de chuva, inevitavelmente sapatos e roupas chegavam na escola enlameados. O preconceito em relação ao campo, visto como subdesenvolvido, atrasado e pobre, é forte no imaginário social, mesmo numa cidade pequena como Cachoeira¹⁰.



Figura 07: Casa de Seu Lôro, Calembá

Ricardo Abramovay (2000, p.2) mostra que existe uma maneira equivocada e viciada de definir o que são áreas rurais no Brasil, “que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania”. A concepção do IBGE é de um rural tido como “residual”, como aquilo que não tem “condições” ainda de ser urbano: está fora dos limites das cidades, não tem infra-estrutura e serviços básicos ou adensamento. “Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista — de maneira distorcida — como ‘urbanização do campo’” (2000, p.2).

¹⁰ Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 e o estudo Divisão Territorial de 2001, ambos do IBGE, a população do município de Cachoeira é de 30.416, com 52% da população residente na área urbana.

Numa sociedade em processo de globalização, a discussão sobre as fronteiras entre o urbano e o rural, centro e periferia se torna cada vez mais complexa. Dados os IBGE de 1996 demonstram o quão intrincados estão estes limites, ao apresentar uma realidade curiosa entre as populações dos dois contextos: “cerca de 25% da população que vive no campo trabalha na cidade; por sua vez, 25% da população que trabalha no campo mora na cidade” (FERNANDES, 2004, p.29).

Um estudo de José Eli da Veiga (apud FERNANDES, 2004, p.141) sobre o Censo Populacional de 2000 também questiona a metodologia utilizada pelo IBGE para dividir cidade e campo, considerando-a obsoleta. Segundo o autor, os instrumentos de análise utilizados pelo IBGE sugerem uma leitura da composição populacional brasileira que incluiria uma parcela considerável da população rural como se fosse urbana. Veiga (2001) mostra que os critérios do IBGE estabelecem que “toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão, ou situação”¹¹.

No caso do Iguape, qualquer que seja o critério utilizado, a região pode ser enquadrada como área rural. No entanto, por muitos anos, a região não participou das inúmeras políticas criadas para o campo nas áreas produtivas, de infra-estrutura, de saúde, de educação etc. Apenas nos últimos dois anos que projetos como “Luz para Todos”, “Saúde da Família” e “Brasil Quilombola” foram implantados na região.

Abramovay (2000, p.3) questiona:

Como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?

Nesse caso, o rural poderia ser melhor definido por critérios mais complexos como: relação com as cidades, dispersão populacional e a relação com a natureza.

¹¹ O critério mundial para considerar uma localidade como urbana é de 150 hab/km². Entretanto, no Brasil, 70 % dos municípios têm densidades de menos de 40 hab/km². Veiga sustenta que a atualização dos critérios de classificação pode mudar significativamente o “perfil urbano” do Brasil, que deixaria de apresentar apenas 20% da população como rural para atingir 40%.